Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 11

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 12

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 13

Demonstração do Valor Adicionado 14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 26

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 27

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 28

Demonstração do Valor Adicionado 29

Relatório da Administração 31

Notas Explicativas 41

Proposta de Orçamento de Capital 136

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 137

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 141

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.233
Preferenciais	0
Total	2.233

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	04/11/2016	Dividendo	18/11/2016	Ordinária		0,26334

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.498.527	2.504.716	2.243.665
1.01	Ativo Circulante	109.784	113.601	64.062
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.096	62.873	12.194
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.337	35.243	36.451
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.337	35.243	36.451
1.01.07	Despesas Antecipadas	25	29	3
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.326	15.456	15.414
1.01.08.03	Outros	73.326	15.456	15.414
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	34.397	14.527	12.558
1.01.08.03.03	Outros Créditos	124	702	2.809
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	38.805	227	47
1.02	Ativo Não Circulante	1.388.743	2.391.115	2.179.603
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.148	32.891	1.783
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	30.942	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	30.942	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.148	1.949	1.783
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.148	1.949	1.783
1.02.02	Investimentos	1.382.807	2.354.132	2.173.250
1.02.02.01	Participações Societárias	1.382.807	2.354.132	2.173.250
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	983.056	1.235.605	1.230.066
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	399.751	1.118.527	943.184
1.02.03	Imobilizado	3.332	3.604	4.185
1.02.04	Intangível	456	488	385

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.498.527	2.504.716	2.243.665
2.01	Passivo Circulante	106.873	61.314	512.960
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.873	13.952	11.387
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	13.952	11.387
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.873	0	0
2.01.02	Fornecedores	1.784	1.059	2.013
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.000	889	112
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.000	889	112
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	3.000	889	112
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	17.583	497.435
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	497.435
2.01.04.02	Debêntures	0	17.583	0
2.01.05	Outras Obrigações	84.502	27.831	2.013
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	82.440	89	56
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	19.594	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	62.846	89	56
2.01.05.02	Outros	2.062	27.742	1.957
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	25.881	0
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.062	1.861	1.957
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	6.714	0	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	6.714	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	891.690	860.927	336
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	597.530	0
2.02.01.02	Debêntures	0	597.530	0
2.02.02	Outras Obrigações	891.690	263.102	10
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	891.354	263.074	0
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	891.354	263.074	0
2.02.02.02	Outros	336	28	10
2.02.03	Tributos Diferidos	0	295	251

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	295	251
2.02.04	Provisões	0	0	75
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	75
2.03	Patrimônio Líquido	499.964	1.582.475	1.730.369
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	26.259	23.491	18.581
2.03.02.04	Opções Outorgadas	50.285	47.517	42.607
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	5.441	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	112.805	238.435	391.239
2.03.04.01	Reserva Legal	7.791	160.791	155.342
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	105.014	77.644	235.897

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-159.274	224.916	514.050
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.289	-49.324	-99.875
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	562	1.098	268.946
3.04.04.01	Outras receitas, líquidas	562	1.098	-5.121
3.04.04.02	Ganho sobre alienação de investimento	0	0	274.067
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-322.980	-26.484	-26.484
3.04.05.01	Amortização do ágio sobre o investimento	-21.983	-26.484	-26.484
3.04.05.02	Impairment - investimento Ecoporto	-300.997	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	188.433	299.626	371.463
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	166.874	271.737	371.463
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	21.559	27.889	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-159.274	224.916	514.050
3.06	Resultado Financeiro	-116.342	-100.057	-21.711
3.06.01	Receitas Financeiras	13.945	26.514	13.233
3.06.02	Despesas Financeiras	-130.287	-126.571	-34.944
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-275.616	124.859	492.339
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	295	-44	-20.439
3.08.01	Corrente	0	0	-20.395
3.08.02	Diferido	295	-44	-44
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-275.321	124.815	471.900
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-689.301	-15.841	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-689.301	-15.841	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-964.622	108.974	471.900
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1,73348	0,19583	0,84709
3.99.01.02	ON	-0,46693	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1,71198	0,19505	0,84464

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.99.02.02	ON	-0,46114	0,23000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-964.622	108.974	471.900
4.03	Resultado Abrangente do Período	-964.622	108.974	471.900

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-172.079	-284.178	141.546
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-218.603	-289.555	172.711
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	-275.321	124.815	471.900
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	-99.449	-249.897	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	658	689	644
6.01.01.04	Amortização de ágio em investimento	21.983	26.484	26.484
6.01.01.05	Plano de ação com base em ações	1.671	2.935	3.652
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio recebidos	-188.433	-299.626	-371.463
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	55.539	98.456	32.726
6.01.01.09	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	0	0	21
6.01.01.10	Perda / baixa do ativo imobilizado e intangível	2	95	123
6.01.01.11	Tributos diferidos	-295	44	44
6.01.01.12	Atualização monetaria para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	0	0	6
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	-55	0	8.934
6.01.01.14	Atualização monetária depósitos judiciais	-144	-166	-360
6.01.01.15	Juros de mútuos ativos	0	-12.570	0
6.01.01.16	Juros de mútuos passivos	-35.756	19.186	0
6.01.01.17	Impairment Ágio Investimento Ecoporto	300.997	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	46.524	5.377	-31.165
6.01.02.01	Tributos a recuperar	1.906	1.208	-21.604
6.01.02.02	Despesas antecipadas	4	-26	13
6.01.02.04	Outros Créditos	578	2.107	1.062
6.01.02.05	Fornecedores	725	-954	-2.655
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-3.079	2.565	4.055
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	2.111	777	-192
6.01.02.08	Outras Contas a Pagar	506	-78	-11.883
6.01.02.10	Partes relacionadas	43.773	-147	39
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	0	-75	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	265.456	307.644	339.135

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.01	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	445.855	373.344	420.474
6.02.02	Investimento em controladas - venda de participação	0	0	18.065
6.02.03	Aquisição de imobilizado e intangível	-356	-306	-904
6.02.04	Investimento em controladas - aportes de capital	-210.985	-316.614	-98.500
6.02.05	Investimento em controladas - redução de capital	0	111.767	0
6.02.06	Investimento em controladas - reestruturação societária (vide nota explicativa nº 2.2)	0	157.825	0
6.02.08	Partes relacionadas - mútuos	30.942	-18.372	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153.154	27.213	-645.503
6.03.02	Pagamento de ações em tesouraria	0	0	-20.979
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-146.538	-235.897	-798.471
6.03.04	Comissão sobre Notas Promissórias	0	0	438
6.03.05	Captação de Notas Promissórias	0	0	474.531
6.03.07	Juros Pagos	-44.870	-101.524	-26.022
6.03.08	Pagamento de Notas Promissórias	0	-475.000	-275.000
6.03.09	Partes relacionadas - mútuos	664.036	243.888	0
6.03.10	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceitos	0	595.746	0
6.03.11	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-625.782	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-59.777	50.679	-164.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.873	12.194	177.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.096	62.873	12.194

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.768	-77.644	-43.013	0	-117.889
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.768	0	0	0	2.768
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.644	-43.013	0	-120.657
5.05	Resultado Abrangente Total	-959.649	0	-160.791	155.818	0	-964.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-964.622	0	-964.622
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-959.649	0	-160.791	1.120.440	0	0
5.05.02.06	Absorção de prejuízo via reserva legal	0	0	-160.791	160.791	0	0
5.05.02.07	Absorção de prejuízo via capital	-959.649	0	0	959.649	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	112.805	-112.805	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.791	-7.791	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	105.014	-105.014	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	18.581	391.239	0	0	1.730.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	18.581	391.239	0	0	1.730.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.910	-235.897	0	0	-230.987
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.910	0	0	0	4.910
5.04.06	Dividendos	0	0	-235.897	0	0	-235.897
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.974	0	108.974
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.974	0	108.974
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.093	-108.974	0	-25.881
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.449	-5.449	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	77.644	-77.644	0	0
5.06.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-25.881	0	-25.881
5.07	Saldos Finais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.030	-586.063	-212.408	0	-813.501
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.949	0	0	0	5.949
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.979	0	0	0	-20.979
5.04.06	Dividendos	0	0	-586.063	-130.105	0	-716.168
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-82.303	0	-82.303
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	471.900	0	471.900
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	471.900	0	471.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	259.492	-259.492	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	23.595	-23.595	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	235.897	-235.897	0	0
5.07	Saldos Finais	1.320.549	18.581	391.239	0	0	1.730.369

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.931	-17.487	-58.595
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.931	-17.487	-58.595
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.931	-17.487	-58.595
7.04	Retenções	-22.641	-27.173	-27.128
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-658	-689	-644
7.04.02	Outras	-21.983	-26.484	-26.484
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-21.983	-26.484	-26.484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-31.572	-44.660	-85.723
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-98.057	355.096	658.763
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	188.433	299.626	371.463
7.06.02	Receitas Financeiras	13.945	26.514	13.233
7.06.03	Outros	-300.435	28.956	274.067
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-129.629	310.436	573.040
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-129.629	310.436	573.040
7.08.01	Pessoal	14.475	29.351	43.554
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.297	27.440	40.222
7.08.01.02	Benefícios	738	1.079	1.713
7.08.01.03	F.G.T.S.	440	832	1.619
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-295	44	20.439
7.08.02.01	Federais	-295	44	20.439
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	131.512	128.368	37.147
7.08.03.01	Juros	54.932	97.724	32.726
7.08.03.02	Aluguéis	1.225	1.797	2.203
7.08.03.03	Outras	75.355	28.847	2.218
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-275.321	152.673	471.900
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	82.303
7.08.04.02	Dividendos	148.027	103.525	130.105
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-423.348	49.148	259.492

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	6.603.407	7.860.983	6.701.870
1.01	Ativo Circulante	1.150.717	1.118.135	922.700
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	589.504	772.903	605.115
1.01.02	Aplicações Financeiras	61.748	49.666	54.959
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	61.748	49.666	54.959
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	61.748	49.666	54.959
1.01.03	Contas a Receber	154.790	197.979	162.733
1.01.03.01	Clientes	154.790	197.979	162.733
1.01.03.01.01	Clientes	154.790	197.979	162.733
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.882	67.955	63.049
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.882	67.955	63.049
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.194	8.798	6.490
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	265.599	20.834	30.354
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	253.248	0	0
1.01.08.03	Outros	12.351	20.834	30.354
1.01.08.03.02	Outros créditos	12.351	20.834	30.354
1.02	Ativo Não Circulante	5.452.690	6.742.848	5.779.170
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	558.630	904.954	666.280
1.02.01.06	Tributos Diferidos	368.784	669.845	520.055
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	368.784	669.845	520.055
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	140	190	240
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	189.706	234.919	145.985
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	174.013	211.119	130.447
1.02.01.09.05	Outros créditos	8.322	23.116	14.893
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	7.371	684	645
1.02.02	Investimentos	1.017	1.025	256.434
1.02.02.01	Participações Societárias	1.017	1.025	256.434
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.017	1.025	256.434
1.02.03	Imobilizado	616.763	870.470	502.303

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.04	Intangível	4.276.280	4.966.399	4.354.153

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	6.603.407	7.860.983	6.701.870
2.01	Passivo Circulante	1.656.701	1.727.597	1.274.886
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59.143	79.493	63.879
2.01.01.01	Obrigações Sociais	59.143	79.493	63.879
2.01.02	Fornecedores	76.626	94.158	90.799
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	76.626	94.158	90.799
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.916	39.167	29.362
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.916	39.167	29.362
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	35.244	38.509	29.240
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	672	658	122
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.019.936	1.316.925	947.560
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	339.302	494.835	740.600
2.01.04.02	Debêntures	680.535	822.090	206.960
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	99	0	0
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	99	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	43.333	82.847	31.467
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.747	9.185	3.601
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.747	9.185	3.601
2.01.05.02	Outros	36.586	73.662	27.866
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	25.881	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	25.014	21.369	20.618
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	11.572	16.026	7.248
2.01.05.02.07	Adiantamentos de clientes	0	10.386	0
2.01.06	Provisões	158.171	115.007	111.819
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.516	15.911	37.160
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	32.516	15.911	37.160
2.01.06.02	Outras Provisões	125.655	99.096	74.659
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	87.531	55.869	66.827
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	38.124	43.227	7.832

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	263.576	0	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	263.576	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.374.159	4.494.932	3.642.798
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.910.324	3.963.286	3.238.347
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	484.203	491.872	276.891
2.02.01.02	Debêntures	3.426.093	3.471.414	2.961.456
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	28	0	0
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	28	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	47.022	63.658	63.372
2.02.02.02	Outros	47.022	63.658	63.372
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	8.221	0
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	7.427	22.121	32.248
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	39.595	33.316	31.124
2.02.03	Tributos Diferidos	20.136	21.712	26.599
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	21.712	26.599
2.02.04	Provisões	396.677	446.276	314.480
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	182.368	215.061	159.046
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	182.368	215.061	159.046
2.02.04.02	Outras Provisões	214.309	231.215	155.434
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	180.541	179.574	152.997
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	33.768	51.641	2.437
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	572.547	1.638.454	1.784.186
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	26.259	23.491	18.581
2.03.02.04	Opções Outorgadas	50.285	47.517	42.607
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	5.441	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	112.805	238.435	391.239
2.03.04.01	Reserva Legal	7.791	160.791	155.342

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	105.014	77.644	235.897
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	72.583	55.979	53.817

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.828.996	2.735.719	2.937.001
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.545.435	-1.481.823	-1.721.156
3.03	Resultado Bruto	1.283.561	1.253.896	1.215.845
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-509.089	-299.872	-106.427
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-210.762	-305.675	-358.476
3.04.02.01	Pessoal	-210.762	-305.675	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-298.319	4.941	280.469
3.04.05.01	Ganho sobre alienação de investimento	0	0	274.067
3.04.05.02	Outras receitas (despesas) operacionais	2.678	4.941	6.402
3.04.05.03	Impairrment - investimento Ecoporto	-300.997	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8	862	-28.420
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	774.472	954.024	1.109.418
3.06	Resultado Financeiro	-554.360	-663.209	-392.510
3.06.01	Receitas Financeiras	138.537	129.649	127.645
3.06.02	Despesas Financeiras	-692.897	-792.858	-520.155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	220.112	290.815	716.908
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-479.945	-159.202	-242.658
3.08.01	Corrente	-278.924	-215.415	-241.440
3.08.02	Diferido	-201.021	56.213	-1.218
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-259.833	131.613	474.250
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-689.301	-15.841	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-689.301	-15.841	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-949.134	115.772	474.250
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-964.622	108.974	471.900
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.488	6.798	2.350
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1,73348	0,19583	0,84709
3.99.01.02	ON	-0,46693	0,23000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1,71198	0,19505	0,84464
3.99.02.02	ON	-0,46114	0,23000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-949.134	115.772	474.250
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-949.134	115.772	474.250
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-964.622	108.974	471.900
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.488	6.798	2.350

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.100.030	910.668	1.253.485
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.502.876	1.255.817	1.673.241
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	-259.833	131.613	474.250
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	-119.584	-228.763	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	339.966	344.208	308.957
6.01.01.04	Plano de ação com base em ações	2.810	4.991	5.949
6.01.01.05	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	2.472	7.254	5.986
6.01.01.06	Encargos Financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	602.765	714.464	457.654
6.01.01.07	Variação Monetária com Poder Concedente	4.497	7.352	6.393
6.01.01.08	Provisão p/ perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	15.416	-1.710	25.373
6.01.01.09	Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	104.729	91.887	105.254
6.01.01.10	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	30.135	21.960	15.352
6.01.01.11	Receita sobre Títulos e Valores Mobiliários	0	-6.562	-9.909
6.01.01.12	Atual monetaria prov perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	5.967	29.073	8.559
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	4.719	2.206	10.136
6.01.01.14	Tributos diferidos	201.022	-56.214	1.218
6.01.01.15	Perdas estimadas em créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-2.177	-214	-1.527
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	8	-862	28.420
6.01.01.17	Capitalização de juros	-6.628	-573	-378
6.01.01.18	Atualização monetária depósitos judiciais	-3.329	-19.727	-9.886
6.01.01.19	Impairment Ágio Investimento Ecoporto	300.997	0	0
6.01.01.20	Provisão para imposto de renda e contribuição social	278.924	215.434	241.440
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-402.846	-345.149	-419.756
6.01.02.01	Clientes	-3.288	13.622	-9.555
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	3.153	-986	-26.473
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-9.619	-1.985	425
6.01.02.04	Pagamento de depósitos judiciais	-10.041	-17.394	-42.298
6.01.02.06	Outros Créditos	12.283	12.070	-4.720
6.01.02.07	Fornecedores	647	-15.983	10.882

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.08	Pagamentos de manutenção e construção de obras	-125.211	-99.209	-80.348
6.01.02.09	Partes Relacionadas	1.408	785	71
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-4.195	-541	10.428
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	3.709	2.295	-1.666
6.01.02.12	Partes Relacionadas - Clientes	-111	2.228	0
6.01.02.13	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-11.353	-14.071	-10.034
6.01.02.14	Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	1.503	11.291	-49.077
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-261.731	-237.271	-217.391
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-491.119	-525.260	-938.158
6.02.02	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	0	1.342	5.024
6.02.04	Aporte de capital de acionistas não controladores	4.200	0	31.500
6.02.05	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-492.193	-576.685	-931.649
6.02.06	Pagamento de dividendos minoritários	-3.126	-4.717	-6.195
6.02.07	Investimento em controladas - aportes de capital	0	0	-55.000
6.02.08	Investimento em controladas - venda de participação	0	0	18.059
6.02.09	Investimento em controladas - redução de capital	0	54.800	0
6.02.10	Efeito da participação de acionistas não controladores	0	0	103
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-792.310	-217.620	-781.255
6.03.03	Títulos e Valores Mobiliários	-18.769	11.816	35.850
6.03.04	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissorias - terc	471.331	1.027.927	1.130.712
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures	-615.461	-151.223	-492.301
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-146.538	-251.839	-798.471
6.03.07	Obrigações com poder concedente	-15.546	-16.728	-16.578
6.03.08	Pagamento de ações em tesouraria	0	0	-20.979
6.03.10	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-8.146	8.696	-8.707
6.03.12	Comissão sobre Notas Promissórias	0	0	438
6.03.14	Juros pagos	-459.181	-371.269	-336.219
6.03.15	Pagamento de Notas Promissórias	0	-475.000	-275.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-183.399	167.788	-465.928

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	772.903	605.115	1.071.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	589.504	772.903	605.115

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.768	-77.644	-43.013	0	-117.889	1.116	-116.773
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	4.200	4.200
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.768	0	0	0	2.768	42	2.810
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.644	-43.013	0	-120.657	-3.126	-123.783
5.05	Resultado Abrangente Total	-959.649	0	-160.791	155.818	0	-964.622	15.488	-949.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-964.622	0	-964.622	15.488	-949.134
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-959.649	0	-160.791	1.120.440	0	0	0	0
5.05.02.06	Absorção de prejuízo via reserva legal	0	0	-160.791	160.791	0	0	0	0
5.05.02.07	Absorção de prejuízo via capital	-959.649	0	0	959.649	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	112.805	-112.805	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.791	-7.791	0	0	0	0
5.06.04	Constituição reserva de dividendos	0	0	105.014	-105.014	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	18.581	391.239	0	0	1.730.369	53.817	1.784.186
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	18.581	391.239	0	0	1.730.369	53.817	1.784.186
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.910	-235.897	0	0	-230.987	-4.636	-235.623
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.910	0	0	0	4.910	81	4.991
5.04.06	Dividendos	0	0	-235.897	0	0	-235.897	-4.717	-240.614
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.974	0	108.974	6.798	115.772
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.974	0	108.974	6.798	115.772
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.093	-108.974	0	-25.881	0	-25.881
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.449	-5.449	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de dividendos	0	0	77.644	-77.644	0	0	0	0
5.06.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-25.881	0	-25.881	0	-25.881
5.07	Saldos Finais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970	26.059	2.098.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970	26.059	2.098.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.030	-586.063	-212.408	0	-813.501	25.408	-788.093
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	31.500	31.500
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.949	0	0	0	5.949	103	6.052
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.979	0	0	0	-20.979	0	-20.979
5.04.06	Dividendos	0	0	-586.063	-130.105	0	-716.168	-6.195	-722.363
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-82.303	0	-82.303	0	-82.303
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	471.900	0	471.900	2.350	474.250
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	471.900	0	471.900	2.350	474.250
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	259.492	-259.492	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	23.595	-23.595	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	235.897	-235.897	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.320.549	18.581	391.239	0	0	1.730.369	53.817	1.784.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	3.086.886	2.989.612	3.183.457
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.551.953	2.460.888	2.396.028
7.01.02	Outras Receitas	83.525	85.633	73.866
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	451.408	443.091	713.563
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.053.474	-1.024.497	-1.362.468
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-855.643	-858.812	-1.137.524
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-197.831	-165.685	-224.944
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.033.412	1.965.115	1.820.989
7.04	Retenções	-339.966	-344.208	-308.957
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-339.966	-344.208	-308.957
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.693.446	1.620.907	1.512.032
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-159.791	163.310	373.292
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8	862	-28.420
7.06.02	Receitas Financeiras	138.537	129.649	127.645
7.06.03	Outros	-298.320	32.799	274.067
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.533.655	1.784.217	1.885.324
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.533.655	1.784.217	1.885.324
7.08.01	Pessoal	332.643	388.326	373.440
7.08.01.01	Remuneração Direta	263.189	308.080	287.413
7.08.01.02	Benefícios	51.252	56.545	67.494
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.202	23.701	18.533
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	737.834	413.094	488.904
7.08.02.01	Federais	609.335	288.238	372.083
7.08.02.02	Estaduais	197	240	168
7.08.02.03	Municipais	128.302	124.616	116.653
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	723.011	823.326	548.730
7.08.03.01	Juros	466.426	462.475	317.969
7.08.03.02	Aluguéis	30.114	30.468	28.575
7.08.03.03	Outras	226.471	330.383	202.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-259.833	159.471	474.250
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	82.303
7.08.04.02	Dividendos	148.027	103.525	130.105
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-423.348	49.148	259.492
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	15.488	6.798	2.350

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo EcoRodovias completa, em 2017, duas décadas de existência. A conquista da Ecovia Caminho do Mar, no Estado do Paraná, em 1997, marca sua entrada no mercado brasileiro de concessões. Ao longo desses 20 anos, a Companhia contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do setor de infraestrutura rodoviária nacional. A prestação de serviços de reconhecida qualidade colocou suas rodovias no ranking das melhores do país. O respeito aos contratos, no que tange o cumprimento de prazos e investimentos previstos nos projetos, é outra marca do Grupo. São, ao todo, 1.768 quilômetros de rodovias administradas pelas concessionárias controladas pela Companhia, nas regiões Sul e Sudeste, que formam os principais corredores de importação e exportação do Brasil e levam turistas às praias e outras regiões do país.

O ano de 2016 foi marcado por uma conjuntura política e econômica desfavorável para o país, mas a EcoRodovias deu importantes passos para consolidar sua estratégia corporativa, concentrando esforços nos negócios de concessões rodoviárias, em projetos de redução e otimização de custos, de ganhos de eficiência, na busca de excelência operacional, disciplina de capital e redução da alavancagem, preparando a Companhia para futuras oportunidades de crescimento.

Essa estratégia também definiu um processo de desinvestimento nos negócios de logística, o que resultou na venda dos ativos da Elog Sul para a Multilog S/A. Em 2017, focaremos no desinvestimento da Elog Sudeste.

A Companhia passou a contar com um novo acionista, o Gruppo Gavio, player com larga experiência em administração de rodovias na Itália, que agora compartilha o controle da empresa com a CR Almeida, através da Primav Infraestrutura. O investimento demonstrou confiança na geração de resultados da Companhia e fortaleceu a solidez financeira do controlador, reduzindo seu endividamento para níveis confortáveis e condizentes com as perspectivas do negócio.

Apesar da retração da atividade econômica e seu consequente impacto sobre a movimentação de veículos de carga e passeio nas rodovias, bem como sobre a demanda por serviços logísticos, conseguimos equilibrar nossos resultados, mantendo o foco na excelência operacional, através de um trabalho iniciado ainda em 2015 com o objetivo de reduzir custos e despesas e otimizar processos. Encerramos 2016 com receita bruta de R$ 3,1 bilhões, EBITDA Pró-Forma Comparável de R$ 1,5 bilhão com crescimento de 9,4% e margem de 63,9%.

Paralelamente, analisamos uma série de análises de oportunidades para expandir nossos negócios, uma vez que se vislumbra um novo e possível ciclo de investimentos em infraestrutura. Fazem parte dessa frente de trabalho a identificação de oportunidades nas concessões já existentes, com negociação de aditivos contratuais, a participação em novos leilões e a avaliação de oportunidades no mercado secundário.

Relatório da Administração

Em outra frente, fizemos a revisão anual da nossa matriz de riscos, considerando temas como compliance e aspectos regulatórios, com foco na proteção do negócio e objetivo claro de gerar valor para acionistas e investidores.

Nos aspectos que fazem da EcoRodovias uma empresa reconhecidamente focada em gestão de negócio pautada pela responsabilidade social, o grupo também obteve importantes conquistas, que permitiram que continuasse sendo uma das únicas empresas do setor listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e passasse a integrar a Lista A do CDP – Driving Sustainable Economies, organização internacional sem fins lucrativos que seleciona as melhores empresas de capital aberto do mundo com base em seu gerenciamento de gases do efeito estufa. Com 5,5 mil Companhias participantes, a lista foi atendida em seus requisitos por apenas 193 organizações. No Brasil, somente duas integram esse seleto grupo, uma delas a EcoRodovias.

Ao adotar medidas que incluem o reaproveitamento de resíduos, pesquisa de soluções asfálticas de menor impacto, proteção e conservação de áreas verdes, busca de fontes energéticas renováveis e compromissos de redução de emissões demonstramos estar cientes de que a gestão do capital natural, mais que mitigar riscos, é vista como indutora de oportunidades para a Companhia. Em 2016, demos início ao processo de certificação em qualidade (ISO 9001), meio ambiente (ISO 14001) e saúde e segurança (OHSAS 18001) na Eco101 e na Ecoponte, unidades recém conquistadas, e mantivemos a certificação em todas as demais empresas.

O ano também foi de excelentes resultados no que se refere a redução de acidentes, em linha com o compromisso da Década de Ação pelo Trânsito Seguro da ONU, que propõe reduzir em 50% o número de ocorrências em todo o mundo até 2020. Destaco a redução de 37% no total de acidentes de todas as concessionárias.

A mesma preocupação com o bem-estar abrange nosso capital humano, composto por quase 4,5 mil colaboradores, distribuídos no Sul e no Sudeste do País. A empresa adota políticas de valorização dos funcionários, com o objetivo de reconhecer talentos e incentivar a diversidade, programas de comportamento seguro, realiza campanhas de mitigação de riscos, incentiva os comitês de gestão nas unidades de negócio.

Depois de todos estes desafios, não poderíamos deixar de agradecer os nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento. Queremos agradecer igualmente os nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da Companhia, os conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na tomada de importantes decisões, além de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições.

Boa leitura!

Marcelino Rafart de Seras

Diretor-presidente

Relatório da Administração

PERFIL

O Grupo EcoRodovias é um dos maiores grupos de infraestrutura e logística integrada do Brasil, responsável por sete concessões, somando cerca de 1.792 quilômetros de rodovias por onde passam cerca de 186 milhões de veículos por ano. Adicionalmente, o Grupo detém o Ecoporto Santos, localizado no maior porto da América Latina. Cerca de 44% de toda a carga de importação e exportação do país passam pelos ativos da EcoRodovias, que tem a estratégia de atuar, de forma sinérgica, nos principais corredores de importação, exportação e turismo.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 04 de maio de 2016, o Grupo Gavio, um dos maiores conglomerados de infraestrutura da Itália, com mais de 1.400 Km de rodovias sob administração, passou a compartilhar o controle da EcoRodovias com o Grupo CR Almeida. O Grupo Gavio possui uma visão estratégica alinhada com a Companhia e seus acionistas, e seu investimento na Primav Infraestrutura permitirá à EcoRodovias e suas subsidiárias, se beneficiar de uma visão estratégica de longo prazo e comprometimento com o setor de infraestrutura brasileiro, notadamente concessões rodoviárias.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou redução de 2,1% em 2016 quando comparado à 2015. Excluindo o tráfego da Ecoponte que iniciou suas operações em junho de 2015 e desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos a redução foi de 6,2%. Os principais motivos para essa variação estão apresentados abaixo:

Tráfego de veículos comerciais – redução de 6,9% em 2016 impactados pelo arrefecimento da economia. Excluindo o tráfego da Ecoponte e desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos a redução foi de 7,6%. As concessionárias Ecopistas, ECO101 e Ecovias tiveram seus tráfegos influenciados negativamente pela recessão econômica e retração da produção industrial e as concessionárias Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul tiveram o tráfego influenciado positivamente pela exportação de grãos, pelos portos de Paranaguá e Rio Grande.

Tráfego de veículos de passeio – redução de 3,2% em 2016, quando comparado ao ano anterior. Excluindo o início da cobrança de pedágio da Ecoponte, a redução foi de 4,7%. A Ecovias dos Imigrantes, Ecosul e Ecovia Caminho do Mar foram influenciadas pelo clima desfavorável que inibiu o fluxo de turistas com destino aos litorais dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e pelo arrefecimento da economia. A Ecopistas teve seu tráfego influenciado pela queda na atividade econômica e de renda das famílias. A concessionária Ecocataratas teve seu tráfego influenciado positivamente pela desvalorização do Dólar frente ao Real, afetando o fluxo de turismo de compras no Uruguai e Paraguai.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 9,5% em 2016, devido principalmente, a aplicação dos reajustes tarifários nas concessões rodoviárias.

Ecoporto Santos

A movimentação de contêineres na operação de cais foi impactada pela não operação de linha regular em 2016 e a operação de armazenagem apresentou redução em função de menores

Relatório da Administração

volumes de cargas de importação e de armazenagens retidas no próprio terminal, ambas fortemente impactadas pelo arrefecimento da economia e concorrência acirrada.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R$3.086,9 milhões em 2016, aumento de 3,3% em relação à 2015. Excluindo a receita de construção, a receita bruta atingiu R$2.635,5 milhões, aumento de 3,5% em relação à 2015, devido ao aumento na receita das concessões rodoviárias (+7,1%), em função principalmente dos reajustes contratuais nas tarifas de pedágio e consolidação da Ecoponte a partir de junho de 2015. Por outro lado, houve redução na receita do Ecoporto devido à não operação de linha regular de cais e queda das operações de armazenagem impactada pela concorrência com outros terminais e arrefecimento da economia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2016, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R$1.756,2 milhões, apresentando redução de 1,8%, quando comparado com 2015. Os custos caixa, excluindo a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custos de construção apresentaram redução de 5,3% em relação a 2015, mesmo com inflação de 6,3% no período, reflexo do programa de redução de custos implementado com muita disciplina na gestão operacional, alcançando reduções importantes na maioria das nossas unidades. (Detalhamento sobre os custos de forma comparável estão disponíveis no *Release* de Resultados de 2016, através do site www.ecorodovias.com.br/ri).

EBITDA e MARGEM EBITDA

EBITDA (em milhões de R$)	2016	2015	Var.
Lucro Líquido	(949,1)	115,8	n.m.
(+) Lucro Líquido Operações Descontinuadas (Elog)	689,3	15,8	n.m.
Lucro Líquido Operações Continuadas	(259,8)	131,6	n.m.
(+) Depreciação e Amortização	340,0	344,2	-1,2%
(+) Resultado Financeiro	554,4	663,2	-16,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Recorrente	235,9	159,2	48,2%
(+) Baixa de Imposto Diferido do Ecoporto (não caixa)	244,0	-	n.m.
(+/-) Equivalência	0,0	(0,9)	-100,9%
EBITDA[1]	**1.114,5**	**1.297,4**	**-14,1%**
(+) *Impairment* Ecoporto (não caixa)	301,0	-	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	104,7	91,9	14,0%
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL	**1.520,2**	**1.389,3**	**9,4%**
MARGEM EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL	**63,9%**	**60,6%**	**3,3 p.p.**

[1] EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012

O EBITDA em 2016 foi de R$1.114,5 milhões. O EBITDA pró-forma comparável, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e *Impairment* não caixa do Ecoporto, totalizou R$1.520,2 milhões com crescimento de 9,4% e margem EBITDA de 63,9% (+3,3p.p.).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R$554,4 milhões negativos em 2016, 16,4% inferior à 2015. Sendo as variações mais representativas destacadas abaixo:

(i) Juros sobre debêntures: aumento de R$ 34,9 milhões, devido ao aumento do endividamento por meio de debêntures de R$3,9 bilhões em 2015 para R$4,1 bilhões em 2016; (ii) juros sobre

Relatório da Administração

empréstimos e financiamentos: aumento de R$ 12,3 milhões devido ao aumento da Selic no período; (iii) variação monetária de debêntures: redução de R$ 73,5 milhões devido à redução do IPCA registrado no período; e (iv) variação cambial e monetária sobre empréstimo e financiamentos: redução de R$ 84,5 milhões devido à depreciação do dólar em 2016 (-16,5%), que impactou positivamente o Finimp do Ecoporto, em comparação com à apreciação ocorrida em 2015 (+47,0%), e pela amortização das dívidas atreladas ao dólar na ECO101 durante o ano de 2016.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2016, a EcoRodovias apresentou lucro líquido comparável, excluindo os itens não recorrentes e não caixa referentes aos efeitos de ativos mantidos para venda (Elog), o *Impairment* e baixa do imposto diferido do Ecoporto, de R$269,7 milhões com crescimento de 116,1%. Considerando os efeitos mencionados acima houve um prejuízo contábil de R$964,6 milhões.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários vinculados de R$658,6 milhões, redução de 17,1% em relação aos R$794,0 milhões registrados em 2015, desconsiderando a consolidação da Elog.

O endividamento financeiro bruto da EcoRodovias (dívida bruta excluindo R$32,4 milhões do credor pela concessão) atingiu R$4.930,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 sendo 21% no curto prazo e 79% no longo prazo, em linha com a dívida bruta de R$ 4.930,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, desconsiderando a consolidação da Elog.

CAPEX

O CAPEX realizado em 2016 foi de R$624,0 milhões, sendo os principais investimentos realizados: (i) Ecovias dos Imigrantes: investimentos na implantação de faixas adicionais e conservações de pavimento; (ii) Ecopistas: investimentos na implantação do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e conservações de pavimento; (iii) Ecovia e Ecocataratas: investimentos em duplicação, manutenção e recuperação de pavimento; (v) Ecosul: investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras; (vi) ECO101: investimentos em obras de ampliação, recuperação e operação da rodovia; (vii) Ecoponte: investimentos em conservação de pavimento, implantação das obras do Mergulhão em Niterói e substituição de estruturas; e (viii) Ecoporto: correspondeu à implantação de *hardware*, manutenções e conservações.

DIVIDENDOS

A EcoRodovias possui uma política de distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração. Em novembro de 2016, a EcoRodovias distribuiu o total de R$146,5 milhões em dividendos, referente ao exercício de 2015 e ao resultado dos nove meses de 2016.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da EcoRodovias listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código ECOR3, encerraram o ano com aumento de 66,7%, cotadas a R$8,24. O volume médio diário de ações negociado em 2016 na BM&FBovespa foi 77,4% acima do apresentado em 2015. O volume diário médio de negócios com as ações da EcoRodovias em 2016 foi de 9.848 negócios, 69,9% superior

Relatório da Administração

ao reportado no ano anterior. O volume financeiro médio diário das ações da EcoRodovias negociadas em 2016 foi de R$24,9 milhões, 68,7% superior ao reportado no ano anterior. O total de ações ordinárias é de 558.699.080 ações e o valor de mercado em 31/12/2016 era de R$4,6 bilhões.

As ações da EcoRodovias integram os principais índices do mercado de ações brasileiro (Ibovespa, IBRX-100, IGC, ITAG e ISE).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias adota uma série de boas práticas de Governança Corporativa como equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que são fundamentais para assegurar seu bom desempenho e longevidade, além dos diretos de seus acionistas.

O destaque do ano de 2016 foi o Programa de Integridade da Companhia, que teve como principal tema a revisão do Código de Conduta empresarial. Durante o ano, foi realizado um *road show* interno, que teve por objetivo capacitar os líderes de todas as unidades de negócio sobre os comportamentos esperados e inaceitáveis pelo Grupo EcoRodovias, com enfoque na Lei Anticorrupção.

Assuntos relacionados à ética e integridade permearam a organização ao longo de todo o ano: além dos treinamentos, que abrangeram colaboradores de todos os níveis, inclusive os membros do Conselho de Administração da Holding, foram realizadas diversas ações, como comunicados, matérias em revistas da Companhia, entrevistas nas rádios das unidades de negócios, etc, com a finalidade clara e determinada pela alta administração e pelos acionistas, que é garantir o cumprimento às normas que afetam as atividades do Grupo EcoRodovias, principalmente a legislação anticorrupção.

Todos esses esforços nos dão a certeza que estamos no caminho certo e, exatamente por isso, continuaremos seguindo às práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, do IBGC. Dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial atualizado e comprometido pela alta administração do Grupo; Comitê de Ética atuante; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da Companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas de uso de informações e divulgação de ato ou fato relevante e de negociação com valores mobiliários; comitês de assessoramento ao Conselho coordenados por conselheiros independentes; uso de um Portal de Governança moderno que viabiliza o trâmite de informações de maneira rápida e com segurança aos conselheiros e executivos da Companhia e Portal de Ética e Integridade, disponível aos colaboradores e ao público em geral, com todo o material produzido sobre o tema.

GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2016 foi bastante desafiador para a economia do país e para a maioria dos segmentos de negócios. Em contrapartida foi um ano de extrema importância para a agenda de consolidação de projetos e ações de desenvolvimento de gestão de pessoas iniciadas em 2015 dentro do Grupo EcoRodovias.

Relatório da Administração

Projetos realizados ao longo de 2015 como o lançamento da Plataforma de Capital Humano Gente & Gestão baseada no Successfactors da SAP, plano de cargos e carreiras e a implementação de incentivos em longo prazo para executivos se consolidaram em 2016, nos impulsionaram para buscar o crescimento e a melhoria continua. No pilar bem-estar intensificamos as ações como os Comitês de Saúde nas unidades.

A cultura do Grupo de investir permanentemente no desenvolvimento de seus colaboradores, em todos os níveis, tem se consolidado cada vez mais forte. Evoluímos nossa Academia Corporativa para a Escola da Gente com 4 pilares: Jeito de Ser, Jeito de Atender, Jeito de Saber + e Jeito de Inspirar. No Jeito de Ser temos toda nossa base institucional, integração de novos colaboradores e os conteúdos do programa de Ética e Integridade. No Jeito de Atender estão todos os conteúdos voltados para nossas equipes operacionais com a visão de melhorar cada dia mais nosso relacionamento com os usuários. No Jeito de Saber + temos todo o conteúdo e-learning na nossa plataforma Gente&Gestão, orientados para o aprimoramento técnico e autodesenvolvimento. No Jeito de Inspirar atuamos diretamente no desenvolvimento da nossa liderança, tanto no que se refere a comportamento, como em técnicas de gestão modernas e alinhadas às práticas de mercado. Destaca-se, também, a continuidade do planejamento sucessório que apoia o pipeline de liderança identificando as ações para acelerar a prontidão dos executivos indicados.

A implantação da nova escala operacional foi consolidada no último ano. Desenvolvemos uma plataforma de acompanhamento da produtividade operacional que alia os indicadores de gestão de pessoas com indicadores da operação, conseguindo identificar de forma mais clara os desempenhos diferenciados. Esta plataforma será ampliada em 2017 para todas as áreas operacionais de todas unidades do grupo.

Nosso principal objetivo é continuar contribuindo para o alcance de resultados do Grupo Ecorodovias, bem como alavancar o engajamento, o desenvolvimento dos colaboradores e um ambiente propicio para geração de ideias inovadoras e melhores práticas de gestão.

Em 2016, a Companhia revisou sua estrutura organizacional. O total de colaboradores ao fim do ano alcançou 4.529 pessoas alocados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com ECO no nome e no DNA, a missão do Grupo EcoRodovias é atuar de forma sustentável, adotando iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Em 2016, mais uma vez o Grupo Ecorodovias neutralizou boa parte das emissões de suas operações. Foram neutralizadas 16.637 toneladas de CO2, sendo 100% das emissões diretas e indiretas das concessionárias de rodovias (indiretas calculadas) e 100% das emissões diretas do Ecoporto. A Companhia permaneceu no seleto grupo de empresas que compõem o Programa Amigo do Clima, que é um programa ambiental voluntário, cujo objetivo é garantir a transparência e rastreabilidade de atividades de responsabilidade climática.

Além disso, outro ponto importante a ser destacado de 2016, é a continuação do Programa de Eficiência Energética do Grupo EcoRodovias, que tem o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade e melhorar a eficiência energética em suas operações e estruturas de negócios. As ações, desenvolvidas pelas concessões rodoviárias, fazem parte do nosso compromisso com

Relatório da Administração

práticas destinadas à mitigação das mudanças climáticas. Cabe destacar que, todas as ações seguiram as Diretrizes de Sustentabilidade e estratégias corporativas, além de outras normativas voltadas ao bom desempenho do Sistema de Gestão Integrada, incluindo a IS0 9001 (Gestão da Qualidade), a ISO 14001 (Gestão Ambiental) e a OHSAS 18001 (Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional) do Grupo.

Ainda sobre a sustentabilidade, vale destacar que, as ações da EcoRodovias permanecem pelo sexto ano consecutivo na carteira do ISE/BM&FBovespa, considerado de extrema importância para a Companhia.

Outros diversos projetos que desenvolvemos ao longo de nossa trajetória em todas as Companhias do Grupo e nos faz honrar o compromisso com o nome ECO são citados abaixo:

- Ecoviver: tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias. Em 2016, o projeto atendeu a 18 cidades, com a participação de aproximadamente 1.009 professores e 15.451 alunos em 174 escolas.

- De Bem com a Via: o projeto De Bem com a Via, criado em 2008 pelo Grupo Ecorodovias, busca realizar atividades alinhadas com as proposições da “Década de ação pela segurança no Trânsito 2011-2020”, proporcionado acesso à educação para o trânsito com especial atenção aos públicos mais vulneráveis – a saber, crianças, adolescentes e moradores de localidades socialmente vulneráveis, envolvendo escolas e comunidades localizadas no entorno das rodovias administradas pela concessionária.

- Voluntários do Bem: projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas às crianças de escolas públicas sobre valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.

- Saúde do Caminhoneiro: em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos para caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.

- Virando o Jogo: projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens das rodovias e oferecer atividades recreativas e educativas.

- Equipes Brasileiras de Voleibol Sentado: a EcoRodovias é patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina do voleibol sentado. A EcoRodovias em 2016 promoveu uma ação especial para proporcionar aos colaboradores a experiência de assistir aos Jogos Paralímpicos Rio 2016, na categoria do vôlei. Três colaboradores de cada unidade do Grupo EcoRodovias, foram sorteados para ganhar ingressos, passagem, hospedagem e alimentação no Rio de Janeiro, para assistir às finais masculina e feminina do ParaVôlei. Ao fim, foram 30 colaboradores sorteados.

- Preservação da fauna: diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocataratas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.

Relatório da Administração

- Emissões: uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos, uso de equipamentos com maior eficiência energética e contratação de veículos fretados para o transporte de colaboradores.

- Papai Noel Existe: os públicos de relacionamento da Companhia escrevem cartas como se fossem o Papai Noel e a EcoRodovias distribui os presentes às entidades carentes da região.

Além disso, o Grupo EcoRodovias deu continuidade à sua participação na campanha "Década de Ação pelo Trânsito Seguro", lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa reduzir o número de acidentes de trânsito.

Em 2016, fruto do compromisso com a mitigação de impactos ambientais diversos, a EcoRodovias investiu mais de R$ 13,1 milhões em projetos e iniciativas voltadas ao meio ambiente. Entre os temas priorizados estão água, energia, resíduos e emissões.

Como reconhecimento dos projetos e ações de sustentabilidade realizados em 2016, o Grupo ganhou os seguintes prêmios:

Guia Exame de Sustentabilidade – pelo quinto ano consecutivo, a EcoRodovias integra a publicação – que destacou cerca de 60 empresas em 2016 em função de suas práticas socioambientais. Entre os pontos fortes da Ecorodovias estão as campanhas e os projetos de segurança viária, como o programa De Bem com a Via, desenvolvido nas concessionárias Ecovias, Ecopistas e ECO101.

Top of Mind – terceira vez consecutiva, a Ecorodovias ficou no Top 5 da categoria gestão ambiental e sustentabilidade. Os vencedores são escolhidos por profissionais de Recursos Humanos das principais empresas do Brasil.

Na Mão Certa – no 10º encontro do programa, organizado pela ONG Childhood Brasil e que conta com a participação da EcoRodovias desde 2014, o Grupo foi premiado pela abrangência de seu trabalho em prol da proteção de crianças e adolescentes à beira das estradas.

Prêmio Abrasca de Relatório Anual – o Grupo figurou entre os vencedores da 18ª edição do prêmio, organizado pela Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) para reconhecer documentos de comunicação de resultados de empresas brasileiras. O relatório 2015 da Ecorodovias figuro entre os dez melhores na categoria Companhia Aberta.

CDP – integração da EcoRodovias na "A List" do Carbon Disclosure Project (CDP), organização que conecta milhares de empresas e cerca de 850 investidores institucionais de todo o globo para fomentar a transição a uma economia de baixo carbono.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity* . Os honorários relativos ao exercício de 2016 totalizaram

Relatório da Administração

R$120,1 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2016.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

A Administração

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui sete de concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Elog) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC")*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2016	31/12/2015	Atividade principal
Controladas diretas:			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	**100,00%**	100,00%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações Ltda	**100,00%**	100,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	**100,00%**	100,00%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	**100,00%**	100,00%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
Ecoporto Transporte Ltda.	**-**	100,00%	Movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, atendendo ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.
ELG-01 Participações Ltda.	**100,00%**	-	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista
Elog S.A.	**-**	100,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística. Holding do segmento de logística da Companhia.
	31/12/2016	**31/12/2015**	**Atividade principal**
Controladas em conjunto:			
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	**20,00%**	20,00%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

	31/12/2016	31/12/2015	Atividade principal
Controladas indiretas:			
Controladas via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	**100,00%**	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	**100,00%**	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	**100,00%**	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	**100,00%**	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	**90,00%**	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	**58,00%**	58,00%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	**100,00%**	100,00%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) “Ponte Rio-Niterói”.

2.3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até outubro de 2025.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Contratos de concessão--Continuação

II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até junho de 2039.

III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até novembro de 2021.

IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo estado. O prazo de duração do contrato concessão é de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021). A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora as seguintes rodovias e trechos:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Contratos de concessão--Continuação

VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência, por meio de alienação da totalidade de suas 87.000.058 ações representativas de 58% do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. para a controlada direta da Companhia Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Contratos de concessão--Continuação

VII) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), recém incorporada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente. O plano de investimentos foi aprovado em caráter preliminar pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil através da Portaria nº 702 de 8 de dezembro de 2016 e encaminhado à ANTAQ para análise e deliberação. Em face da legislação atualmente vigente, e da Portaria nº 702 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subsecção de Santos), ora em trâmite no TRF da 3ª Região, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em 2015, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos de apelação apresentados pela Companhia. Atualmente, o processo está suspenso por 180 dias. Após esse período de suspensão, há embargos de declaração a serem julgados pelo TRF da 3ª Região. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Contratos de concessão--Continuação

VII) Ecoporto Santos S.A.--Continuação

A Administração da Companhia mantém sua expectativa de êxito no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

VIII) Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1° de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”.

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência, por meio de alienação, da totalidade de suas 120.000.000 de ações representativas de 100% do capital social da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, para a controlada direta da Companhia Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo plano de remuneração baseada em ações (phantom stock/restricted stock) não existem ativos financeiros a valor justo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro

  Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

  Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2016 não houve indenizações relevantes.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

g) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

h) Ativos e passivos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, tendo sido por isso incluída a observação “reclassificado” nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2015.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Normas, alterações e interpretações de normas

(i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - *Joint Venture*	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 - Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia já considera o prazo da concessão assumindo a renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção--Continuação

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

(a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 11,52% e 16,28% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 24 e 25.

(b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 26.

5. Compra de participação na Elog S.A.

Em 19 de maio de 2015, a Companhia informou ao mercado que foi comunicada pela BRZ Investimentos Ltda, gestora da Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações (“Logística Brasil”), acerca do exercício do direito de opção de venda para a Companhia da totalidade das ações detidas pela Logística Brasil na Elog S.A., equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Elog S.A., nos termos do Acordo de Acionistas (“Opção de Venda”). O valor da Opção de venda, na data base 30 de abril de 2015, era de R$214.000 e foi atualizado monetariamente pelo IPCA+6% ao ano até a sua liquidação, ocorrida em 26 de junho de 2015, pelo valor de R$218.470, e em 16 de julho de 2015, a 2ª tranche, correspondente ao IPC-A final de junho, no valor de R$830, totalizando R$219.300.

Com a conclusão da compra das ações pela Companhia, realizada em 26 de junho de 2015, a Companhia passou a deter 100% do capital votante e total da Elog S.A., passando a ter controle sobre a Elog S.A. e, portanto, consolidar integralmente seus efeitos de acordo com o CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Compra de participação na Elog S.A.--Continuação

Desde a aquisição de seu controle, a Elog S.A. contribuiu R$172.516 de receitas líquidas e R$26.978 de prejuízo, na demonstração do resultado consolidada da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Caso a aquisição tivesse ocorrida no início do exercício social de 2015, a receita líquida consolidada da Companhia seria de R$3.044.998 e o lucro seria de R$95.636.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Elog S.A. na data da aquisição é apresentado a seguir:

	26/06/2015
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	20.774
Clientes	46.347
Tributos a recuperar	4.880
Partes Relacionadas	370
Despesas antecipadas	4.038
Outros créditos	2.861
Depósitos judiciais	40.513
Tributos diferidos	76.273
Outros créditos	12.208
Imobilizado	315.643
Intangível	518.033
Total do ativo	1.041.940
Passivo	
Fornecedores	20.951
Impostos e contribuições a recolher	6.800
Empréstimos e financiamentos	19.972
Debêntures	323.745
Dividendos e JSCP a pagar	12.336
Partes relacionadas	8.134
Encargos Sociais a pagar	13.966
Provisão para imposto de renda e contribuição social	607
Outras contas a pagar	17.163
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	37.021
Total do passivo	460.695
Total dos ativos identificáveis líquidos (b)	581.245
Contraprestação transferida aos vendedores	219.300
Valor justo da participação anteriormente detida	513.973
Total da contraprestação (a)	733.273
Ágio na aquisição (a) - (b)	152.028

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Compra de participação na Elog S.A.--Continuação

O ágio pago compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundo da aquisição e do valor da força de trabalho que não pôde ser reconhecida separadamente; assim, não satisfaz os critérios de reconhecimento como um ativo intangível, de acordo com o CPC 04 - Ativos Intangíveis. Não há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

A contraprestação transferida inclui o valor pago de acordo os termos da Opção de Venda e o valor justo da participação de 80% que a Companhia detinha na Elog S.A. imediatamente antes da aquisição de controle. A diferença entre o valor justo R$513.973 e o valor contábil R$415.315 da participação foi reconhecida no resultado do período (R$98.658) na rubrica “outras receitas”.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou análise de impairment sobre o ágio adquirido e registrou uma perda no valor de R$90.807 na rubrica “outras despesas”. Esta perda é devido ao fato de que a Companhia pagou um valor acima do valor de mercado (por força contratual) pela aquisição dos 20% do capital votante da Elog S.A., conforme demonstrado acima.

6. Ativos e passivos mantidos para venda

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 4 de julho de 2016, a Companhia celebrou no dia 2 de julho de 2016, através de sua controlada Elog S.A., Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda., Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda e Maringá Armazéns Gerais Ltda. (em conjunto, “Unidades Elog Sul”) para a Multilog S.A. A conclusão da alienação estava sujeita a verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor - CADE, a qual foi aprovada sem restrições em 29 de julho de 2016. A conclusão da operação se deu em 6 de outubro de 2016, com a efetiva transferência de quotas e a liquidação financeira pelo valor R$115.000 (*).

O valor da perda na venda do investimento no montante de R$12.080 encontra-se registrado na rubrica “Resultado líquido dos ativos e passivos mantidos para venda” na demonstração do resultado.

A alienação das Unidades Elog Sul é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

(*) Em 1º de fevereiro de 2017, conforme previam as cláusulas do Contrato de compra e venda, houve o “ajuste do preço” com o pagamento de R$1.172 a favor da Companhia, totalizando a venda por R$116.172.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos e passivos mantidos para venda--Continuação

a) Venda de participação--Continuação

Os efeitos da venda destas participações estão demonstrados a seguir:

	Elog Sul	Maringás	Ágios	Total
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.470	1.619	-	5.089
Clientes	12.070	412	-	12.482
Partes relacionadas	120	161	-	281
Tributos a recuperar	531	14	-	545
Despesas antecipadas	74	-	-	74
Outros créditos	590	10	-	600
Total do ativo circulante	16.855	2.216	-	19.071
Não circulante				
Depósitos judiciais	9.803	1.095	-	10.898
Tributos diferidos	3.389	163	-	3.552
Outros créditos	963	-	-	963
Ágio registrado na controladora	-	-	88.282	88.282
Imobilizado e intangível	33.188	1.173	-	34.361
Total do ativo não circulante	47.343	2.431	88.282	138.056
Total do ativo	64.198	4.647	88.282	157.127
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	4.247	121	-	4.368
Impostos e contribuições a recolher	1.666	1.150	-	2.816
Obrigações sociais	2.564	33	-	2.597
Dividendos e JSCP a pagar	5.978	-	-	5.978
Partes relacionadas	1.602	81	-	1.683
Provisão para imposto de renda e contribuição social	588	-	-	588
Outras contas a pagar	940	299	-	1.239
Total do passivo circulante	17.585	1.684	-	19.269
Não circulante				
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	9.566	-	-	9.566
Outras contas a pagar	40	-	-	40
Total do passivo não circulante	9.606	-	-	9.606
Patrimônio líquido	37.007	2.963	88.282	128.252
Total passivo e patrimônio líquido	64.198	4.647	88.282	157.127
Valor total da venda	-	-	-	116.172
Perda na venda do investimento (Patrimônio líquido total - Valor da venda)	-	-	-	(12.080)

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos e passivos mantidos para venda--Continuação

a) Venda de participação--Continuação

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

(i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R$10 por perda individual e limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 50% (cinquenta por cento) do preço de aquisição;

(ii) O prazo de pagamento da indenização é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação demandando a indenização;

(iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificados eventos que pudessem ensejar o pagamento de indenização aos compradores e, consequentemente valor de provisionamento.

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Com base na estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias, a Companhia também classificou como operação descontinuada seus investimentos no segmento logístico através das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda na expectativa que a alienação ocorra em até 12 meses após a classificação como ativos e passivos mantidos para venda.

Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuadas e suas informações não farão mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos e passivos mantidos para venda--Continuação

b) Ativos e passivos mantidos para a venda--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

Ativo	Combinado (*) 31/12/2016	Passivo	Combinado (*) 31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	**15.647**	Fornecedores	**11.460**
Clientes	**33.100**	Empréstimos e financiamentos	**2.187**
Partes relacionadas	**2.774**	Debêntures	**183.788**
Impostos a recuperar	**1.693**	Impostos e contribuições a recolher	**2.902**
Despesas antecipadas	**496**	Obrigações sociais e trabalhistas	**6.502**
Outros créditos	**5.185**	Partes relacionadas	**458**
Tributos diferidos	**123.738**	Outras contas a pagar	**22.719**
Depósitos judiciais	**43.909**	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	**33.560**
Imobilizado	**12.109**	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	**-**
Intangível	**14.597**		
Total do ativo mantido para venda	**253.248**	**Total do passivo mantido para venda**	**263.576**

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo, além do montante de R$10.328 previstos como desembolsos futuros necessários para venda desses ativos e passivos registrado na rubrica "Outras contas a pagar".

Após a classificação, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor total de R$689.301 para que o valor contábil desses ativos fosse reduzido ao valor justo, líquido de despesas de venda. Esse valor foi reconhecido no resultado na linha "Prejuízo do período de operação descontinuada". Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo, das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda, no qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação da Elog Sul com a Multilog S.A..

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	Consolidado
Valor de venda (a)	160.000
Dívida líquida (b)	**(170.328)**
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	**(10.328)**

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos e passivos mantidos para venda--Continuação

b) Ativos e passivos mantidos para a venda--Continuação

Na Companhia foi registrado o prejuízo da operação descontinuada de sua controladora direta Elog S.A. de R$689.301, dos quais (R$90.000) referem-se ao valor estimado de venda; R$170.328 dívida líquida prevista; R$20.486 valor patrimonial dos ativos e R$408.487 custos dos ativos mantidos para venda.

(a) Valor estimado para alienação para as empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., totalizando R$160.000.

(b) Refere-se ao valor de dívida líquida em 31 de dezembro de 2016 das controladas classificadas como operação descontinuada.

(c) Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 relacionados aos ativos e passivos mantidos para venda são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas

	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	**292.533**	324.573
Custo dos serviços prestados	**(262.906)**	(273.199)
Lucro Bruto	**29.627**	51.374
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	**(41.038)**	(54.482)
Resultado financeiro	**(42.826)**	(47.427)
Resultado Operacional	**(54.237)**	(50.535)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**51.218**	30.525
Resultado dos ativos e passivos mantidos para venda	**(3.019)**	(20.010)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda (*)	**(686.282)**	-
Participação dos acionistas não-controladores	**-**	4.169
Resultado líquido dos ativos e passivos mantidos para venda	**(689.301)**	(15.841)

(*) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda:

	Consolidado
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	(572.502)
Ajuste a valor justo de Dividendos e JSCP	(12.336)
Aportes realizados (janeiro a dezembro/16)	(88.097)
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	(3.019)
Efeito do valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	(675.954)
Valores previstos de aportes necessários para manutenção do capital circulante líquido	(10.328)
Ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	(686.282)

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos e passivos mantidos para venda--Continuação

b) Ativos e passivos mantidos para a venda--Continuação

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	**(3.019)**	(15.841)
Itens que não afetam o caixa	**(92.650)**	39.764
Itens que não afetam o caixa - previsão de aporte	**3.614**	-
Provenientes das mutações patrimoniais	**(16.231)**	(2.249)
Utilizado nas atividades de investimento	**211.308**	(233.735)
Utilizado nas atividades de financiamento	**(222.606)**	(16.702)
Ativos e passivos mantidos para venda, líquido de caixa	**(119.584)**	(228.763)

7. Impairment de ativos

	Consolidado		
	31/12/2016		
	Valor contábil líquido	Valor recuperável líquido	Ajuste de Impairment líquido no resultado do exercício
Goodwill (Agio) segmento portuário (a)	**666.668**	**365.671**	**300.997**
Tributos diferidos segmento portuário (b)	**450.699**	**206.689**	**244.010**
Ativos e passivos mantidos para venda, líquido de caixa	**1.117.367**	**572.360**	**545.007**

Desde o início de 2015, evidenciou-se queda dos volumes de negócios no segmento portuário, decorrentes da retração da economia que impactam diretamente as atividades da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2015 a deterioração ainda não requeria ajuste. Em 2016, em função da continuada queda dos volumes e preços e da não confirmação de um novo armador e considerando as projeções para os próximos períodos, em 30 de junho de 2016 a Companhia reconheceu redução de R$545.007 no valor de seus ativos não-financeiros.

(a) O valor em uso do goodwill foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração em relação ao seu negócio no Porto de Santos. A avaliação mantêm-se sensível a eventuais alterações nas expectativas de longo prazo que poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido. A taxa de desconto aplicada na projeção de fluxos de caixa futuros representa o WACC (Custo médio ponderado de capital), do segmento Portuário da Companhia. A taxa nominal utilizada foi de 13,1% a.a. e a Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros.

(b) Os créditos fiscais decorrentes de: a) prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; e b) ágio por incorporação reversa, foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros do segmento portuário, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros foram preparados com base na revisão do plano de negócios da controlada. A revisão gerou uma baixa de R$244.010 (vide rubrica Imposto diferido Nota Explicativa nº 18) (R$40.191 prejuízo fiscal de 2016; R$140.808 prejuízos fiscais anteriores a 2016 e R$63.011 ágio por incorporação reversa). A Companhia irá manter fiscalmente os valores para futura utilização.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Caixa e bancos	**13**	76	**32.806**	33.186
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	**638**	62.523	**517.844**	575.216
Operações compromissadas (b)	**2.226**	-	**25.018**	150.079
Aplicações automáticas - Compromissadas (c)	**219**	274	**13.836**	14.422
	3.096	62.873	**589.504**	772.903

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário, 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira e 5,0% em Títulos Públicos.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% (101,3% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa média ponderada de 89,9% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

(c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Fundo de investimento (a)	**66.430**	47.765
Poupança (b)	**1.961**	2.585
Conta corrente (c)	**728**	-
	69.119	50.350
Circulante	**61.748**	49.666
Não circulante	**7.371**	684

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 97,8% (98,9% em 31 de dezembro de 2015) do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. e Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., e de debêntures da controlada indireta Concessionaria de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada indireta Ecopistas e Ecoporto Santos celebram com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Os valores são corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

(c) Valores classificados como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculados ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

10. Clientes

A composição está assim representada:

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Nacional (a)	**156.158**	207.127
Internacional (b)	**-**	651
Perdas estimativas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	**(1.368)**	(9.799)
	154.790	197.979

(a) Representados substancialmente, por pedágio eletrônico, exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários, acessos,clientes deportos, logística e outros serviços.

(b) Representados,substancialmente,por clientes do segmento portuário.

(c) Refere-se à constituição de perdas estimativas em créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Clientes--Continuação

O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
A vencer	**149.784**	191.028
Vencidos:		
Até 30 dias	**2.389**	3.027
De 31 a 90 dias	**1.060**	2.852
De 91 a 120 dias	**1.557**	1.072
Acima de 120 dias	**1.368**	9.799
	156.158	207.778

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Saldo inicial	**9.799**	3.759
Aquisição Elog	**-**	5.181
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	**(6.254)**	2.116
Valores recuperados e baixados no exercício	**(2.919)**	(2.222)
Constituição de PECLD no exercício	**742**	965
Saldo final	**1.368**	9.799

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a Companhia classificou a a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como ativos e passivos mantidos para venda.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	**5.218**	9.070	**22.157**	33.499
IRPJ exercícios anteriores	**28.119**	26.173	**34.669**	28.314
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	**-**	-	**2.480**	2.429
Pis e COFINS a recuperar	**-**	-	**1.405**	-
Pis e COFINS a recuperar sobre insumos	**-**	-	**-**	1.927
ISS a recuperar	**-**	-	**158**	532
Outros	**-**	-	**13**	1.254
	33.337	35.243	**60.882**	67.955

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

	31/12/2014	Propostos	Recebidos	31/12/2015	Ativos e passivos mantidos para venda (*)	Propostos	Recebidos	31/12/2016
Elog S.A.	12.336	-	-	12.336	(12.336)	-	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	-	347.461	(347.461)	-	-	470.202	(435.990)	**34.212**
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	9.515	(7.324)	2.191	-	5.973	(7.979)	**185**
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	222	1.120	(1.342)	-	-	-	-	-
Concessionária Ponte Rio Niteroi - Ecoponte	-	17.217	(17.217)	-	-	-	-	-
	12.558	375.313	(373.344)	14.527	(12.336)	476.175	(443.969)	**34.397**

(*) Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a Companhia classificou a a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda.O montante de R$12.336 refere-se ao saldo de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprios a receber da controlada Elog S.A., revertidos em aporte de capital na baixa do segmento por operação descontinuada.

13. Despesas antecipadas - consolidado

O saldo de R$18.334, classificado no ativo circulante e não circulante (R$8.988 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a: (i) a prêmios de seguros a apropriar (detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 38), (ii) aluguéis (iii) Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e (iv) agenciamento marítimo.

14. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	**1.949**	1.783	**211.119**	130.447
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	**-**	-	**(45.757)**	40.513
Adições	**55**	-	**10.041**	20.094
Baixas	**-**	-	**(4.719)**	(2.592)
Atualização monetária	**144**	166	**3.329**	22.657
Saldo final	**2.148**	1.949	**174.013**	211.119

(*) Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda. Em 31 de dezembro de 2016 o montante transferido é de RR45.757 (R$40.513 em 31 de dezembro de 2015).

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

a) Controladora

	Valores das investidas 31/12/2016		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Elog S.A. (i)	-	-	-	100	-	231.772	**(1.059)**	(1.719)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	**878.786**	**508.185**	**100**	100	**878.786**	840.035	**508.185**	380.997
EIL 02 S.A.	**1**	-	**100**	100	**1**	1	-	-
EIL 03 S.A.	-	-	**100**	100	-	-	-	(1)
EIL 04 S.A.	-	-	**100**	100	-	-	-	(1)
EIL-01 Participações Ltda.	**317**	**22**	**100**	100	**317**	295	**22**	22
Ecoporto Santos S.A.	**45.508**	**(311.028)**	**100**	100	**45.509**	154.208	**(311.028)**	(105.786)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	**9.656**	**4.886**	**100**	100	**9.655**	17.409	**4.886**	13.706
Ecoporto Transporte Ltda.	-	**(11.895)**	-	100	-	(1.085)	**(11.896)**	(8.509)
ELG-01 Participações Ltda	**55.447**	**(2.106)**	**100**	-	**55.447**	-	**(1.048)**	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (ii)	-	-	-	58	-	-	-	(164)
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (ii)	-	-	-	100	-	-	-	20.474
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	**5.085**	**(42)**	**20**	20	**1.017**	1.025	**(8)**	1.773
Lucros não realizados	-	-	-	-	**(7.676)**	(8.055)	**379**	(1.166)
					983.056	1.235.605	**188.433**	299.626

(i) Vide Notas Explicativas nº 5 e 6. O valor de R$1.059 refere-se ao saldo remanescente de equivalência patrimonial da ELG-01 Participações Ltda. Em 29 de setembro de 2016, foi deliberado por meio de redução de capital na Elog S.A., a transferência dos investimentos da ELG-01 Participações Ltda para a Companhia.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Controladora--Continuação

	31/12/2016										
	Ativo		Passivo			Demonstração do resultado					Atribuível a:
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do exercício	Companhia	Não controladores
Controladas diretas:											
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	227.773	2.480.941	180.342	1.649.586	878.786	163.820	72.056	504.067	508.185	508.185	-
EIL01 Participações S.A.	318	-	1	-	317	-	-	29	22	22	-
EIL02 S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ELG-01 Participações Ltda.	20	55.427	-	-	55.447	-	-	(2.106)	(2.106)	(2.106)	-
Ecoporto Santos S.A.	28.585	675.936	225.096	433.917	45.508	138.944	54.776	(110.909)	(311.028)	(311.028)	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	15.827	27.046	26.058	7.160	9.655	113.977	79.356	6.683	4.886	4.886	-
Ecoporto Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	5.025	(4.668)	(7.243)	(11.895)	(11.895)	-
Controladas indiretas:											
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:											
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	400.145	1.435.071	135.896	1.298.460	400.860	942.796	563.058	409.848	280.140	280.140	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	88.332	1.303.943	168.855	724.976	498.444	360.906	146.312	29.495	22.134	22.134	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	31.454	200.790	182.349	7.115	42.780	247.917	154.868	116.167	75.078	75.078	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	99.022	387.246	287.723	63.578	134.967	312.641	144.514	88.187	56.145	56.145	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	25.937	255.587	189.680	12.303	79.541	296.947	162.720	121.521	80.261	72.235	8.026
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	27.838	472.491	86.865	259.587	153.877	258.425	58.259	26.953	17.766	10.304	7.462
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. -Ecoponte	71.511	134.661	47.056	35.421	123.695	164.883	68.170	63.486	43.859	43.859	-
Via ELG-01 Participações Ltda.											
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	188	63.937	784	8.124	55.217	22	22	(2.067)	(2.067)	(2.067)	-
Paquetá Participações Ltda.	4	11.000	-	-	11.004	-	-	(146)	(146)	(146)	-

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Ativos mantidos para venda (a)	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Complemento Dividendos 2015	Incorporação	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Transferência de controle (c)	Equivalência patrimonial	31/12/2016
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	840.035	-	(470.202)	-	-	-	768	-	508.185	**878.786**
EIL-01 Participações Ltda.	295	-	-	-	-	-	-	-	22	**317**
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Elog S.A.(a)	231.772	(231.772)	-	-			-	1.059	(1.059)	**-**
Ecoporto Santos S.A.	154.208	-	-	-	-	202.000	329	-	(311.028)	**45.509**
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	17.409	-	(5.973)	(1.886)	(4.781)	-	-	-	4.886	**9.655**
Ecoporto Transporte Ltda.	(1.085)	-	-	-	4.781	8.200	-	-	(11.896)	**-**
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.025	-	-	-	-	-	-	-	(8)	**1.017**
ELG01 Participações Ltda.(b)	-	-	-	-	-	785	-	55.710	(1.048)	**55.447**
Lucros não realizados	(8.055)	-	-	-	-	-	-	-	379	**(7.676)**
	1.235.605	(231.772)	(476.175)	(1.886)	-	210.985	1.097	56.769	188.433	**983.056**

(a) Vide Nota Explicativa nº 6.

(b) Em 29 de setembro de 2016, foi deliberado por meio de redução de capital na Elog S.A. a transferência dos investimentos da empresa ELG-01 Participações.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Redução de capital	Compra de participação	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Transferência de controle (c)	Ativos mantidos para venda (a)	Equivalência patrimonial	31/12/2015
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	805.177	(347.461)	-	-	-	1.322	-	-	380.997	840.035
EIL-01 Participações Ltda.	273	-	-	-	-	-	-	-	22	295
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
EIL04 S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Elog S.A.	201.262	-	-	45.919	30.009	-	-	(43.699)	(1.719)	231.772
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. Ecoponte (c)	-	(17.217)	-	-	84.000	43	(87.300)	-	20.474	-
Ecoporto Santos S.A.	26.860	-	-	-	232.614	520	-	-	(105.786)	154.208
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.185	(9.515)	(56.967)	-	-	-	-	-	13.706	17.409
Ecoporto Transporte Ltda.	7.424	-	-	-	-	-	-	-	(8.509)	(1.085)
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	70.599	-	-	-	-	90	(70.525)	-	(164)	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	55.172	(1.120)	(54.800)	-	-	-	-	-	1.773	1.025
Lucros não realizados	(6.889)	-	-	-	-	-	-	-	(1.166)	(8.055)
	1.230.066	(375.313)	(111.767)	45.919	346.623	1.975	(157.825)	(43.699)	299.626	1.235.605

(c) Vide Nota Explicativa nº 12.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Controladora--Continuação

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2014	Aquisição (*)	Baixa (*)	Impairment (*)	Amort.	31/12/2015	Impairment(*)	Amort.	31/12/2016
Ágio - Ecosul	5.782	-	-	-	(513)	5.269	-	(516)	**4.753**
Ágio - Elog	231.584	524.272	(231.638)	(90.807)	129	433.540	(395.796)	-	**37.744**
Ágio - Ecoporto	705.818	-	-	-	(26.100)	679.718	(300.997)	(21.467)	**357.254**
	943.184	524.272	(231.638)	(90.807)	(26.484)	1.118.527	(696.793)	(21.983)	**399.751**

(*) Vide Notas Explicativas nº 6 e 7

b) Consolidado

	Valores das investidas 31/12/2016		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	**5.085**	**(40)**	**20**	20	**1.017**	1.025	**(8)**	1.773
Elog S.A. (a)	-	-	-	100	-	-	-	(911)
					1.017	1.025	**(8)**	862

(a) Vide Nota Explicativa nº 5

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

a) *Controladora*

		Custo				Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	10,4	1.229	32	-	1.261	(895)	(129)	(1.024)	237	334
Máquinas e equipamentos	9,3	248	-	-	248	(214)	(23)	(237)	11	34
Móveis e utensílios	10,2	547	2	-	549	(361)	(56)	(417)	132	186
Edificações	3,9	1.956	-	-	1.956	(607)	(76)	(683)	1.273	1.349
Imobilizado em andamento	-	84	32	-	116	-	-	-	116	84
Outros	8,5	3.383	12	(95)	3.300	(1.185)	(280)	(1.465)	1.835	2.198
		7.447	78	(95)	7.430	(3.262)	(564)	(3.826)	3.604	4.185

			Custo				Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transfer.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	8,7	1.261	40	(2)	18	**1.317**	(1.024)	(113)	**(1.137)**	**180**	237
Máquinas e equipamentos	3,9	248	-	-	10	**258**	(237)	(10)	**(247)**	**11**	11
Móveis e utensílios	7,3	549	-	-	-	**549**	(417)	(40)	**(457)**	**92**	132
Edificações	3,9	1.956	-	-	-	**1.956**	(683)	(76)	**(759)**	**1.197**	1.273
Imobilizado em andamento	-	116	-	-	-	**116**	-	-	**-**	**116**	116
Outros	8,5	3.300	304	-	(119)	**3.485**	(1.465)	(284)	**(1.749)**	**1.736**	1.835
		7.430	344	(2)	(91)	**7.681**	(3.826)	(523)	**(4.349)**	**3.332**	3.604

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) *Consolidado*

			Custo						Depreciação						Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Ativo mantido para Venda (a)	Aquis. (b)	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Ativo mantido para Venda (a)	Transf.	Aquis. (b)	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	10,7	230.823	14.757	(82)	520	334	26.856	273.208	(162.042)	(25.547)	8	(1.485)	-	(18.891)	(207.957)	65.251	68.781
Máquinas e equipamentos	7,8	172.158	37.831	(5.579)	94.503	719	60.278	359.910	(96.611)	(21.918)	5.138	(3.062)	-	(30.236)	(146.689)	213.221	75.547
Móveis e utensílios	7,7	24.354	1.439	(24)	-	125	9.387	35.281	(10.181)	(1.938)	16	(346)	75	(4.976)	(17.350)	17.931	14.173
Terrenos	-	5.856	545	-	-	-	48.857	55.258	-	-	-	-	-	-	-	55.258	5.856
Edificações	4,4	35.539	400	-	3	-	120.182	156.124	(18.229)	(1.578)	-	(2.478)	(109)	(13.630)	(36.024)	120.100	17.310
Imobilizado em andamento	-	39.146	25.222	-	(12.284)	14.123	63.048	129.255	-	-	-	-	-	-	-	129.255	39.146
Benfeitorias	2,4	200.954	1.290	-	1.515	3.108	42.881	249.748	(47.048)	(4.848)	-	(1.064)	-	(18.553)	(71.513)	178.235	153.906
Veículos	17,6	31.462	1.161	(396)	277	-	-	32.504	(15.950)	(5.627)	385	-	(5)	-	(21.197)	11.307	15.512
Instalações	11,2	24.104	6.509	(10)	593	1.531	42.522	75.249	(1.675)	(3.118)	-	(2.052)	830	(19.758)	(25.773)	49.476	22.429
Outros	39,5	93.227	44.926	(5.946)	(102.089)	835	17.149	48.102	(3.584)	(3.023)	-	(1.760)	174	(9.473)	(17.666)	30.436	89.643
		857.623	134.080	(12.037)	(16.962)	20.775	431.160	1.414.639	(355.320)	(67.597)	5.547	(12.247)	965	(115.517)	(544.169)	870.470	502.303

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) *Consolidado*--Continuação

		Custo						Depreciação						Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2015	Ativo mantido para Venda (a)	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Ativo mantido para Venda (a)	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	9,5	273.208	(27.190)	7.474	(24)	1.211	**254.679**	(207.957)	20.375	(23.942)	17	12	**(211.495)**	**43.184**	65.251
Máquinas e equipamentos	6,4	359.910	(61.722)	5.329	(3.641)	18	**299.894**	(146.689)	33.298	(19.124)	3.537	-	**(128.978)**	**170.916**	213.221
Móveis e utensílios	7,5	35.281	(9.512)	1.248	(69)	(308)	**26.640**	(17.350)	5.323	(1.943)	29	136	**(13.805)**	**12.835**	17.931
Terrenos	-	55.258	(113)	4	-	1	**55.150**	-	-	-	-	-	**-**	**55.150**	55.258
Edificações	3,6	156.124	(109.071)	-	-	100	**47.153**	(36.024)	16.107	(1.702)	-	-	**(21.619)**	**25.534**	120.100
Imobilizado em andamento	-	129.255	(24.181)	952	-	(119)	**105.907**	-	-	-	-	-	**-**	**105.907**	129.255
Benfeitorias	2,4	249.748	(50.564)	1.325	-	-	**200.509**	(71.513)	19.617	(4.896)	-	-	**(56.792)**	**143.717**	178.235
Veículos	10,8	32.504	-	1.238	(336)	-	**33.406**	(21.197)	-	(3.542)	336	-	**(24.403)**	**9.003**	11.307
Instalações	9,7	75.249	(45.167)	3.489	(33)	1.199	**34.737**	(25.773)	21.810	(3.206)	-	(26)	**(7.195)**	**27.542**	49.476
Outros	6,1	48.102	(17.984)	8.231	(4.454)	(2.866)	**31.029**	(17.666)	11.242	(1.630)	-	-	**(8.054)**	**22.975**	30.436
		1.414.639	(345.504)	29.290	(8.557)	(764)	**1.089.104**	(544.169)	127.772	(59.985)	3.919	122	**(472.341)**	**616.763**	870.470

(a) Vide Nota Explicativa nº 6

(b) Vide Nota Explicativa nº 5

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “Outros” (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 20). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 21) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados R$6.628 referentes a encargos financeiros (R$573 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

a) *Controladora*

		Custo			Amortização			Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Softwares de terceiros	15,0	718	228	946	(333)	(125)	(458)	488	385
		718	228	946	(333)	(125)	(458)	488	385

		Custo				Amortização			Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Softwares de terceiros	12,9	946	12	91	**1.049**	(458)	(135)	**(593)**	**456**	488
		946	12	91	**1.049**	(458)	(135)	**(593)**	**456**	488

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

b) *Consolidado*

		Custo								Amortização						Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2014	Adições (i)	Baixas	Transferência	Ativo mantido para Venda	Impairm.	Aquis. Elog (iv)	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Ativo mantido para Venda	Transf.	Aquis. Elog(iv)	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de concessão	(ii)	5.618.523	512.525	(428)	20.037	-	-	161.988	6.312.645	(1.562.746)	(263.777)	28	(6.503)	(965)	(58.465)	(1.892.428)	4.420.217	4.055.777
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	-	-	8.561	(2.778)	(512)	-	-	-	-	(3.290)	5.271	5.783
Softwares de terceiros	13,7	79.752	11.537	(34)	5.539	830	-	39.770	137.394	(45.638)	(12.451)	-	(2.609)	-	(23.561)	(84.259)	53.135	34.114
Intangível em andamento	-	26.331	4.696	-	(8.614)	-	-	-	22.413	-	-	-	-	-	-	-	22.413	26.331
Ágio Elog (iii)	-	236.133	-	(236.133)	-	5.175	(90.807)	549.344	463.712	(4.552)	129	4.755	-	-	-	332	464.044	231.581
Outros	-	603	-	(330)	-	129	-	1.002	1.404	(36)	-	-	(32)	-	(17)	(85)	1.319	567
		5.969.903	528.758	(236.925)	16.962	6.134	(90.807)	752.104	6.946.129	(1.615.750)	(276.611)	4.783	(9.144)	(965)	(82.043)	(1.979.730)	4.966.399	4.354.153

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

b) *Consolidado*--Continuação

		Custo							Amortização					Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Adições(i)	Baixas	Transferência	Impairment (v)	Ativo mantido para Venda (vi)	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Ativo mantido para Venda (vi)	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de concessão	(ii)	6.312.645	219.037	(2.687)	64.400	(300.997)	(204.758)	**6.087.640**	(1.892.428)	(265.259)	-	15	64.959	**(2.092.713)**	**3.994.927**	4.420.217
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	-	**8.561**	(3.290)	(512)	-	-	-	**(3.802)**	**4.759**	5.271
Softwares de terceiros	13,6	137.394	11.041	(109)	2.040	-	(40.599)	**109.767**	(84.259)	(14.210)	-	(138)	26.170	**(72.437)**	**37.330**	53.135
Intangível em andamento	-	22.413	244.845	(429)	(65.676)	-	-	**201.153**	-	-	-	-	-	**-**	**201.153**	22.413
Ágio Elog (iii)	-	463.712	-	-	-	-	(425.968)	**37.744**	332	-	-	-	(332)	**-**	**37.744**	464.044
Outros	-	1.404	-	-	-	-	(1.002)	**402**	(85)	-	-	-	50	**(35)**	**367**	1.319
		6.946.129	474.923	(3.225)	764	(300.997)	(672.327)	**6.445.267**	(1.979.730)	(279.981)	-	(123)	90.847	**(2.168.987)**	**4.276.280**	4.966.399

(i) Os principais valores de aquisição de que trata essa linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias. Os valores estão concentrados na Eco101 no valor de R$38.400 dos trabalhos iniciais da operação; na Ecovias no valor de R$63.929, sendo as principais obras a adequação do trevo de Cubatão e a implantação da 3ª faixa do km 262 a 270 da SP055, e na Ecopistas R$26.280, sendo a principal obra a construção da Marginal da Rodovia Ayrton Senna, e a desapropriação do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e R$18.022 na Ecovia Caminho do Mar referente a duplicação da PR407 do KM0 ao KM3.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 dezembro de 2016 foram 4,22% a.a. (4,48% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Em 2016, o montante do valor residual de R$425.968 (R$463.712 em 31 de dezembro de 2015) foi baixado em função da aplicação do CPC31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, conforme nota explicativa 5. O saldo de R$37.744 refere-se a mais valia da empresa Anish Empreendimentos que foi continuada.

(iv) Vide Nota Explicativa nº 5. Está incluído nesse montante o valor de R$8.034 referente ao ágio alocado pela aquisição de Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. Essas empresas foram adquiridas pela Elog pelo montante total de R$28.178.

(v) Vide Nota Explicativa nº 7.

(vi) Vide Nota Explicativa nº 6.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) *Tributos diferidos*

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

		Balanço patrimonial consolidado					Resultado consolidado
	31/12/2015	Adições	Baixas	Ativo e passivo mantido para Venda (v)	Impairment (iv)	31/12/2016	31/12/2016
Realização do ágio na incorporação	327.358	-	(44.875)	(4.048)	(63.011)	**215.424**	**(107.886)**
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	48.344	7.572	(4.581)	(7.279)	-	**44.056**	**2.991**
Prejuízo fiscal (i)	227.962	85.223	(6.903)	(73.620)	(180.999)	**51.663**	**(102.679)**
Provisão para manutenção	84.025	16.711	(5.559)	-	-	**95.177**	**11.152**
AVP ônus Concessão	3.467	289	(431)	-	-	**3.325**	**(142)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.271	232	(463)	(930)	-	**110**	**(231)**
Variação cambial	7.922	4.175	(12.097)	-	-	**-**	**(7.922)**
Provisão para férias diretoria	2.159	1.518	(211)	(17)	-	**3.449**	**1.307**
Mais valia investimento Elog	4.490	(22)	317	(4.785)	-	**-**	**295**
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT (ii)	(55.112)	-	3.341	-	-	**(51.771)**	**3.341**
Depreciação societária	(9.239)	(487)	887	(969)	-	**(9.808)**	**400**
Juros capitalizados	(2.722)	(1.957)	310	1.392	-	**(2.977)**	**(1.647)**
Provisão outras perdas	1.406	-	-	(1.406)	-	-	-
Impairment	6.802	-	-	(6.802)	-	-	-
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (iii)	648.133	113.254	(70.265)	(98.464)	(244.010)	**348.648**	**(201.021)**

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos*--Continuação

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: EcoRodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Ecoporto Transporte, ECO101 Concessionária, Ecopistas e Elog.

(ii) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP nº 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que, de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) a adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - *International Financial Reporting Standards*); (b) introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de cada concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

(iii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R$368.784 no ativo não circulante e R$20.136 no passivo não circulante.

(iv) Vide Nota Explicativas nº 7.

(v) Vide Nota Explicativas nº 6.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
2017	**33.895**	178.561
2018	**33.093**	82.625
2019	**25.650**	84.150
2020	**25.650**	88.858
Após 2021	**230.360**	213.939
	348.648	648.133

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos*--Continuação

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**(275.616)**	152.717	**220.112**	318.673
Alíquota fiscal vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**93.709**	(51.924)	**(74.838)**	(108.349)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Gratificações diretores	**(2.370)**	(5.733)	**(6.106)**	(9.636)
Equivalência patrimonial	**56.737**	92.391	**(3)**	(293)
Despesas indedutíveis	**(13)**	(42)	**(624)**	(655)
Amortização de ágio	**(7.474)**	-	**(15.258)**	(15.771)
Incentivos fiscais (PAT)	**-**	(9.004)	**1.700**	2.558
Créditos tributários não constituídos - controladora (*)	**(38.250)**	(35.404)	**(38.442)**	(35.679)
Ajuste PPA Elog	**-**	9.672	**-**	9.672
Outros	**295**	-	**(25)**	(1.049)
	102.634	(44)	**(133.596)**	(159.202)
Baixa crédito tributário - Ecoporto (**)	**-**	-	**(244.010)**	-
Impairment Ecoporto (CPC 01) - não constituído	**(102.339)**	-	**(102.339)**	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**295**	(44)	**(479.945)**	(159.202)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**	-	**(278.924)**	(215.415)
Impostos diferidos	**295**	(44)	**(201.021)**	56.213

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos cinco anos.

(**) Vide Nota Explicativa nº 7

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Saldo inicial provisão IR/CS	**15.911**	37.160
Aquisição Elog	**-**	607
Ativos e passivos mantidos mantidos para venda	**(588)**	-
Despesa IR/CS DRE	**278.924**	215.415
Total de IR/CS pagos no exercício	**(261.731)**	(237.271)
Saldo final provisão IR/CS	**32.516**	15.911

(*) Vide Nota Explicativa nº 5

19. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Impostos sobre faturamento:				
ISS	**-**	-	**12.233**	12.187
COFINS	**1.573**	126	**11.126**	12.575
PIS	**340**	21	**2.313**	2.315
ISS na fonte	**1.087**	729	**9.436**	8.934
Outros impostos	**-**	13	**136**	2.498
	3.000	889	**35.244**	38.509

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Em moeda nacional:					
Nota promissória (r)	Ecocataratas	05/2017	CDI + 2,65%a.a	**213.631**	181.569
Nota promissória (q)	Ecorodovias Concessões	11/2016	CDI + 2,50%a.a	**-**	121.417
Finame (k)	Ecosul	11/2020	6% a.a.	**198**	249
Finame (c)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 3,21%	**89**	281
Finame (c)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 2,70%	**63**	248
Finame (g)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	**256**	299
Finame (c)	Ecocataratas	07/2018	3% a.a.	**82**	137
Finem (h)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	**10.509**	16.871
Finem (b)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	**33.497**	41.432
Finem (b)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	**148.819**	173.214
Finame (f)	Ecoporto Transportes	08/2016	TJLP + 4,16% a.a.	**-**	672
Finame (f)	Ecoporto Transportes	09/2016	TJLP + 4,16% a.a.	**-**	314
Finame (f)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	**871**	2.613
Finame (i)	Termares	04/2020	6% a.a.	**6.509**	8.305
Finame (j)	Ecocataratas	04/2020	6 % a.a.	**694**	896
Finem - BNDES (d)	ECO101	04/2017	UMSELIC+4,87%a.a.	**55.402**	113.633
Finem - BNDES (d)	ECO101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	**185.271**	141.458
Finem - BNDES (d)	ECO101	06/2030	TJLP+3,84%a.a.	**66.020**	60.649
Finame (m)	Elog	12/2020	6% a.a	**-**	479
Empilhadeiras (n)	Elog	02/2018	15,39% a.a.	**-**	1.807
Empilhadeiras (n)	Ecopátio	04/2018	15,39%a.a.	**-**	1.024
Financiamento (s)	Eco101	12/2019	21,27% a.a	**278**	-
Em moeda estrangeira					
Finimp (f)	Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	**-**	565
Finimp (f)	Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	**-**	2.715
Finimp (f)	Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+5,2% a.a.	**46**	172
Finimp (l)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	**101.270**	115.361
Finimp (o)	Elog	06/2016	VC + 7,25% a.a.	**-**	160
Finimp (p)	Elog	01/2016	VC + 6,66% a.a.	**-**	167
				823.505	986.707
Circulante				**339.302**	494.835
Não circulante				**484.203**	491.872

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2016	31/12/2015
2017	**-**	239.625
2018	**66.199**	55.616
2019	**63.970**	51.878
2020	**64.555**	51.259
2021	**54.135**	39.382
Posteriores a 2021	**235.344**	54.112
	484.203	491.872

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias--Continuação

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	**-**	497.435	**986.707**	1.017.491
Ativos e passivos mantidos para venda (**)	**-**	-	**(3.637)**	844
Aquisição (*)	**-**	-	**-**	19.972
Adições	**-**	-	**256.407**	432.182
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 33)	**-**	37.192	**83.894**	156.437
Pagamento principal	**-**	(475.000)	**(426.253)**	(537.359)
Pagamento de juros	**-**	(59.627)	**(73.613)**	(102.860)
Saldo final	**-**	-	**823.505**	986.707

(*) Vide Nota Explicativa nº 5.

(**) Vide Nota Explicativa nº 6.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestutura e Logística S.A.	BTG Pactual/ Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2016.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecocataratas	Banco do Brasil/ Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias--Continuação

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(e)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(f)	Ecoporto Santos/Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(g)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(h)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(i)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(k)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(l)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	Patrimônio líquido (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/ativo Total > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(m)	Elog	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Elog e Ecopátio	NACCO	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(o)	Elog Sul e Ecopátio	Nordea Bank	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(p)	Elog	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(q)	Ecorodovias Concessões	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(r)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(s)	Eco101	Banco Volkswagem	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado a seguir:

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	35,8%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,67
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57
(d) Índices financeiros ECO101 BNDES	**Exigido**	**Medido (*)**
(i) Dívida líquida/EBITDA	≤ 3	3,51 (***)
(ii) PL/passivo total	> 20%	20,46
(l) Índices financeiros Ecoporto	**Exigido**	**Medido (*)**
(i) Patrimônio líquido tangível	> 20.000	36.735
(ii) PL/ativo total	> 20%	9% (**)

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(**) O não cumprimento dos covenants está amparado waiver da Deutsche Bank..

(***) O não cumprimento dos covenants está amparado até 31 de dezembro de 2016 por waiver do BNDES.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias--Continuação

A Companhia possui um plano econômico para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que vencem em 2017. A Administração está confiante que seu plano econômico será implementado no exercício de 2017 e entende que não haverá quebra ou default dos contratos vigentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros a.a.	TIR
Ecocataratas	180.000	(1.528)	178.472	100% CDI + 2,65%	16,84%a.a.

21. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Principal corrigido	**-**	600.000	**3.985.072**	4.151.322
Remuneração (juros)	**-**	18.636	**159.396**	190.216
Custos com emissão de debêntures (*)	**-**	(3.523)	**(37.840)**	(48.034)
	-	615.113	**4.106.628**	4.293.504
Circulante	**-**	17.583	**680.535**	822.090
Não circulante	**-**	597.530	**3.426.093**	3.471.414

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	**615.113**	-	**4.293.504**	3.168.416
Aquisição de empresa (*)	**-**	-	**-**	323.745
Ativos e passivos mantidos para venda (**)	**-**	-	**(345.768)**	25.212
Adição	**-**	595.746	**214.739**	635.474
Cessão de dívida (***)	**(625.782)**	-	**-**	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 33)	**55.539**	61.264	**518.842**	558.028
Pagamento principal	**-**	-	**(189.148)**	(131.018)
Pagamento de juros	**(44.870)**	(41.897)	**(385.541)**	(286.353)
Saldo final	**-**	615.113	**4.106.628**	4.293.504

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

(**) Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a Companhia classificou os ativos de logística como Ativos e passivos mantidos para venda. O montante de R$345.769 refere-se ao saldo de debêntures em 01 de janeiro de 2016 dos ativos e passivos mantidos para venda.

(***) Em virtude da cessão, a partir de 10 de agosto de 2016, os debenturistas da primeira emissão de debêntures da Ecorodovias Infraestrutura passarão a ser debenturistas da primeira emissão de debêntures da Ecorodovias Concessões (em virtude da cessão e assunção de dívida da Ecorodovias Infraestrutura);

Em 26 de fevereiro de 2016, as controladas Ecovia e Ecosul assinaram termo aditivo à Escritura das debêntures. Sendo que foram alteradas as seguintes cláusulas: a) Vencimento: de 04/03/2016 para 15/05/2017; b) Remuneração de juros e correção: de 105,7% do CDI para 115,0% do CDI; e c) inclusão dos índices financeiros descritos e calculados acima.

Descrição	Companhia (Cessão de dívida EcoRodovias Concessões)	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografá-ria	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	60.000 (em duas séries)	80.000 (em três séries)	881.000 (em duas séries)	600 (série única)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	370.000 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R$10.000	R$10.000 R$10.000	R$1.000	R$1.000	R$10.000	R$10.000	R$1.000
Data da emissão	15/04/2015	23/10/2012 18/11/2016	07/05/2013	19/06/2012	04/11/2014	17/11/2014	15/01/2011
Valor da emissão	R$600.000	R$800.000 1ª série - R$240.000 2ª série - R$160.000 3ª série - R$400.000 Série única - R$215.000	R$881.000 1ª série - R$200.000 2ª série - R$681.000	R$600.000	R$143.000	R$148.000	R$370.000 1ª série - R$92.500 2ª série - R$92.500 3ª série - R$92.500 4ª série - R$92.500
Valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2016 (PU)	1ª série -10.295 2ª série -10.300	1ª série - R$10.175 2ª série - R$13.629 3ª série - R$13.639 Série única - R$10.000	1ª série - R$1.333 2ª série - R$1.337	R$	N/A	N/A	1ª série - R$1.406 2ª série - R$1.295 3ª série - R$1.269 4ª série - R$1.244
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - Não atualizável 2ª série - Não atualizável	1ª série e série única - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia (Cessão de dívida EcoRodovias Concessões)	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Remuneração (juros e correção)	1ª série: CDI+1,18%a.a. 2ª série: CDI+1,42%a.a.	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a. série única -114% do CDI	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	115,0% do CDI	115,0% do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: 15/10/2016 a 15/04/2018 2ª série: 15/10/2016 a 15/04/2020	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022) Série única - (15/05/2017 a 19/02/2018)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/2013 a 15/06/2017)	17/05/2017	17/05/2017	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)
Vencimento da amortização	1ª série: 100% em 15/04/2018 2ª série: 50% 15/04/2019 e 50% 15/04/2020	1ª série: parcelas semestrais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022) Série única - (19/02/2018)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/2014 a 16/06/2019)	17/05/2017	17/05/2017	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia (Cessão de dívida Ecorodovias Concessões)	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Reserva para pagamen-to da amortiza-ção e da remunera-ção (juros e correção)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia (Cessão de dívda Ecorodovias Concessões)	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	Instituição financeira ou sede da compalhia	CETIP	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A. série única - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	Ba3 (escala global) e A2.br (NSR) da Moody's	brAA- (Escala nacional) da Standard & Poor´s série única não há classificação	brAA- (Escala nacional) da Standard & Poor´s	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Da emissora: B1 (escala global) e Baa1.br (NSR) da Moody's
Garantias	Fiança Ecorodovias Concessões E Serviços S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto/ Ecoporto Transporte - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Índices financeiros exigidos	(i) Dívida líquida/EBTIDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços	Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Série única- Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - “EBTIDA”) dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o (“EBITDA”) dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos	Índices financei-ros conforme segue: (i) a razão entre o patrimô-nio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

O resumo dos índices financeiros exigidos em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado a seguir:

EcoRodovias Concessões	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	2,57
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	>2,0	3,87
(iii) Dívida líquida/EBTIDA	>3,75	2,40
(iv) EBTIDA Ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0	4,15

Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,32
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,78

Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	35,8%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,69
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

Ecoporto	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 4,5	(12,86) (**)
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	> 2,0	(0,67)(**)

EcoRodovias Concessões (Cessão de dívida Ecorodovias Infraestrutura)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços	< 3,75	2,57

(*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

(**) Está amparado por carta fiança.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora		
	31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total
2017	-	(1.100)	(1.100)
2018	232.000	(771)	231.229
2019	184.000	(491)	183.509
2020	184.000	(108)	183.892
	600.000	(2.470)	597.530

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	-	-	-	49.980	(261)	49.719
2018	**808.151**	**(8.570)**	**799.581**	287.112	(9.515)	277.597
2019	**611.639**	**(6.223)**	**605.416**	633.267	(8.640)	624.627
2020	**582.307**	**(4.981)**	**577.326**	617.914	(6.231)	611.683
2021	**295.019**	**(4.416)**	**290.603**	557.921	(4.981)	552.940
2022 - 2024	**1.157.367**	**(4.200)**	**1.153.167**	1.363.462	(8.614)	1.354.848
	3.454.483	**(28.390)**	**3.426.093**	3.509.656	(38.242)	3.471.414

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/2012	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	12,10%
	Debêntures - 2ª série	23/10/2012	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	12,66%
	Debêntures - 3ª série	23/10/2012	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	12,95%
	Debêntures - 1ª série	15/05/2015	232.000	(1.571)	230.429	CDI + 1,18% a.a.	15,06%
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	(2.492)	365.508	CDI+1,42%a.a.	15,29%
	Debêntures - série única	18/11/2016	215.000	(226)	214.774	114% do CDI	15,47%
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	11,32%
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	11,74%
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,69%
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,73%
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,71%
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,66%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85% a.a.	12,72%
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(228)	147.772	115% CDI	14,84%
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	115% CDI	14,8%
			3.757.000	(72.900)	3.684.100		

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2016
Obrigações brutas de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano	97
	28
	125
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	125
Circulante	99
Não circulante	28

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2016
Adição	185
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº33)	29
Pagamento principal	(60)
Pagamento de juros	(27)
Saldo final	127

23. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's lenght basis)

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante					
Elog S.A.(e)	Controlada	**-**	7	**-**	-
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada	**30.564**	-	**-**	-
Ecoporto Transporte Ltda. (j)	Controlada	**4.047**	-	**-**	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada	**4.144**	175	**-**	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada	**-**	-	**-**	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (p)	Controlada	**-**	-	**-**	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	**50**	45	**-**	-
		38.805	227	**-**	-
Movimentação do intangível:					
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**57.711**	31.892
Consórcio Carvalho Pinto (k)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**4.468**	38.443
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**6.444**	4.571
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**7.293**	-
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**1.568**	1.545
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**28.738**	10.420
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (c)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**58.162**	-
Engenharia e Constr. Araribóia Ltda. (o)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**6.773**	-
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**-**	42.134
		-	-	**171.157**	129.005
Ativo não circulante					
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada	**-**	27.324	**-**	-
Ecoporto Transportes Ltda. (n)	Controlada	**-**	3.618	**-**	-
		-	30.942	**-**	-
Total do ativo		**38.805**	31.169	**171.157**	129.005

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas--Continuação

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante:					
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	134	1.406
Elog S.A. (m)	Controlada	-	89	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada	19.594	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	688	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (p)	Controlada	62.846	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (c)	Outras partes relacionadas	-	-	3.529	2.803
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	156	77
Engenharia e Constr. Araribóia (o)	Outras partes relacionadas	-	-	484	483
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	66	325
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	438	404
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	473	446
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	779	3.241
Total do passivo circulante		82.440	89	6.747	9.185

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo não circulante:					
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada	293.176	263.074	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (q)	Controlada	598.178	-	-	-
Total do passivo não circulante:		891.354	263.074	-	-
Total do passivo		973.794	263.163	6.747	9.185

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas--Continuação

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado:					
Receita:					
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	**575**	528	**-**	-
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada	**3.812**	12.511	**-**	-
Ecoporto Transportes Ltda. (n)	Controlada	**332**	60	**-**	-
		4.719	13.099	**-**	-
Despesa/custo:					
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**5.713**	-
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**6.183**	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	**-**	-	**575**	76
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (q)	Controlada	**35.242**	-	**-**	2.130
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada	**35.756**	-	**-**	5.731
		70.998	-	**12.471**	7.937

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.

(b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Controlada Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$41.139. O prazo para execução desses serviços é março de 2018 e em 31 de dezembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R$6.273 Os saldos em aberto a pagar de R$134 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R$54.088, incluindo aditivo contratual. O contrato encerrou em 31 janeiro de 2017 e há um saldo a realizar de R$1.131. Em 31 de dezembro de 2016 não há um saldo em aberto.

(d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concesionária de Rodovias do Sul - Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R$331.255, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços foi em dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R$180.142. Os saldos em aberto a pagar R$779 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

(e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).

(f) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de usinagem , sendo que foi totalmente executado e há um saldo a pagar de R$688.

(g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, já haviam incorridos R$16.253. Em 31 de dezembro de 2016, há um saldo em aberto a pagar de R$438 com vencimento em até 45 dias.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas--Continuação

(h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, já haviam incorridos R$17.646, e há um saldo a pagar de R$473 com vencimento em até 45 dias.

(i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016, sendo que já foram incorridos R$3.112 até 31 de dezembro de 2016. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R$156 tem o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

(j) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 13,64%a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.

(k) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R$51.719. O prazo para execução dos serviços foi em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, já haviam sido incorridos R$51.269, e não existem saldos a pagar

(l) Refere-se ao contrato de Mútuo, sendo a mutuante a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O mútuo será corrigido através do percentual de 13,64%a.a.

(m) Refere-se a despesas de armazenagem e industrialização de brindes de natal realizado pela controlada Elog S.A.

(n) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Ecoporto Transporte Ltda. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 13,64%a.a. com vencimento até 29 de outubro de 2017.

(o) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR-101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços é 31 de dezembro de 2016. O valor total do contrato é de R$12.628, sendo que até 31 de dezembro de 2016 já foram incorridos R$12.343. Os saldos em aberto a pagar de R$484 têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

(p) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15/04/2018 e a.a. e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15/04/2020.

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	31/12/2016	31/12/2015	Vencimento	Taxa
EcoRodovias Concessões	Ecopistas	**122.037**	108.065	31/03/2018	100% CDI + 1,20%a.a.
Termares	Ecoporto Santos	**9.217**	8.61	Indeterminado	1% a.a.
		131.254	108.065		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R$207.336, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2016 em R$28.486 (R$22.738 para o exercício de 2015), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o valor rateado com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços foi de R$8.834.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração (fixa/variável)	**6.637**	5.906
Gratificações	**8.345**	-
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 30.f)	**1.671**	2.936
Plano de incentivo retenção diretoria	**624**	6.584
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	**1.255**	319
Previdência privada	**347**	452
	18.879	16.197

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 11,52% a 16,28% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2015	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	746.542	123.282	-	-	869.824	132.287	-	-	**1.002.111**
Efeito do valor presente sobre a constituição	(151.821)	(31.394)	-	-	(183.215)	(27.558)	-	-	**(210.773)**
Realização da manutenção	(464.383)	-	(98.060)	-	(562.443)	-	(100.072)	-	**(662.515)**
Ajuste a valor presente - realizações	89.486	-	-	21.791	111.277	-	-	27.972	**139.249**
	219.824	91.888	(98.060)	21.791	235.443	104.729	(100.072)	27.972	**268.072**
Circulante	66.827	-	-	-	55.869				**87.531**
Não circulante	152.997	-	-	-	179.574				**180.541**

25. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 11,52% e 25,64% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Provisão para construção de obras futuras - consolidado--Continuação

	31/12/2014	Adição (*)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	96.896	-	-	117.975	-	-	-	**117.975**
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	(11.316)	-	-	(21.327)	-	-	-	**(21.327)**
Realização da construção	(9.577)	-	(1.150)	-	(10.727)	-	(25.140)	-	**(35.867)**
Ajuste a valor presente - realizações	8.778	-	-	169	8.947	-	-	2.164	**11.111**
	10.269	85.580	(1.150)	169	94.868	-	(25.140)	2.164	**71.892**
Circulante	7.832				43.227				**38.124**
Não circulante	2.437				51.641				**33.768**

(*) O montante de R$85.580 adicionado no exercício de 31 de dezembro de 2015 refere-se às obras futuras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte adquirido em abril de 2015, através de processo licitatório junto a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANT.

26. Obrigações com Poder Concedente

I) Verbas fixas e variáveis

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	**26.249**	39.378
Variável - Ecosul (e)	**196**	139
Variável - Ecovias (b)	**1.448**	1.384
Variável - Ecopistas (b)	**380**	360
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	**496**	454
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	**258**	236
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	**248**	238
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	**355**	639
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	**294**	279
Outras - Ecocataratas - PRE/PRF (k)	**1.522**	-
Outras - Portos- Taxas CODESP (j)	**995**	383
	32.441	43.490
Circulante	**25.014**	21.369
Não circulante	**7.427**	22.121

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2016, restam 16 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 93,33% do total (88,33% em 31 de dezembro de 2015).

(b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.

(c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R$60 mensais do início até o 11º ano e R$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado mensal é de R$248 (R$238 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

I) Verbas fixas e variáveis--Continuação

(d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.

(e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.

(f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2016, a parcela reajustada é de R$294 (R$279 em 31 de dezembro de 2015).

(g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

(h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado é de R$258.

(i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

(j) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

(k) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2016	31/12/2015
2017	**-**	16.578
2018	**7.427**	5.543
	7.427	22.121

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	**43.490**	52.866
Custo (vide Nota Explicativa nº 32)	**53.079**	55.647
Variação monetária sobre credor pela concessão (vide Nota Explicativa nº 33)	**4.497**	7.352
Pagamento do principal	**(68.625)**	(72.375)
Saldo final	**32.441**	43.490

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

II) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

II) Outros compromissos relativos a concessões--Continuação

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas--Continuação

- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R$595.157 (R$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguinte compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

II) Outros compromissos relativos a concessões--Continuação

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte--Continuação

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados

	31/12/2016							
	Ecovia Previsão de 2017 a 2021	Ecosul Previsão de 2017 a 2026	Ecovias Previsão de 2017 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2017 a 2021	Ecopistas Previsão de 2017 a 2039	ECO101 Previsão de 2017 a 2038	Ecoponte Previsão de 2017 a 2045	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	**74.129**	**239.332**	**115.064**	**129.623**	**66.274**	**1.698.843**	**725.679**	**3.048.944**
Conservação especial (manutenção)	**48.232**	**66.320**	**228.847**	**263.317**	**404.445**	**546.496**	**439.444**	**1.997.101**
Equipamentos	**11.265**	**12.816**	**43.057**	**8.496**	**220.238**	**334.482**	**93.520**	**723.874**
Total	**133.626**	**318.468**	**386.968**	**401.436**	**690.957**	**2.579.821**	**1.258.643**	**5.769.919**

	31/12/2015						
	Ecovia Previsão de 2016 a 2021	Ecosul Previsão de 2016 a 2026	Ecovias Previsão de 2016 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2016 a 2021	Ecopistas Previsão de 2016 a 2039	ECO101 Previsão de 2016 a 2038	Total
Natureza dos custos							
Melhorias na infraestrutura	81.162	281.710	171.856	22.937	104.208	1.682.178	2.344.051
Conservação especial (manutenção)	51.492	68.158	263.660	284.061	418.976	514.606	1.600.953
Equipamentos	11.062	16.053	44.418	60.915	207.565	317.588	657.601
Total	143.716	365.921	479.934	367.913	730.749	2.514.372	4.602.605

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R$284 milhões, dos quais R$54 milhões já realizados em 2016 e R$234 milhões a serem realizados nos próximos anos. A Companhia entende que o valor adicional de R$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual o qual será pleiteado no âmbito judicial.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie e existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos--Continuação

Informações adicionais sobre o contrato de concessão--Continuação

Ecovia

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente. Mediante mútuo consenso entre as partes foi firmado acordo judicial no qual foi reconhecido o direito ao reajuste às Concessionárias. O referido acordo foi judicialmente homologado e as demandas correspondentes foram extintas.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias deram início a um processo de revisão contratual amigável desde agosto de 2011.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie e existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos--Continuação

Informações adicionais sobre o contrato de concessão--Continuação

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), recém incorporada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente. O plano de investimentos foi aprovado em caráter preliminar pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil através da Portaria nº 702 de 8 de dezembro de 2016 e encaminhado à ANTAQ para análise e deliberação. Em face da legislação atualmente vigente, e da Portaria nº 702 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subsecção de Santos), ora em trâmite no TRF da 3ª Região, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em 2015, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos de apelação apresentados pela Companhia.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos--Continuação

Informações adicionais sobre o contrato de concessão--Continuação

Ecoporto Santos S.A.--Continuação

Atualmente, o processo está suspenso por 180 dias. Após esse período de suspensão, há embargos de declaração a serem julgados pelo TRF da 3ª Região. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. A Administração da Companhia mantém sua expectativa de êxito no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

28. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Salários e outras obrigações a pagar	**6.304**	12.653	**27.197**	39.960
INSS a recolher	**2.043**	291	**6.807**	4.621
FGTS a recolher	**415**	103	**1.700**	3.291
IRRF a recolher	**1.691**	261	**3.380**	2.832
Provisão de férias	**311**	476	**14.415**	21.640
Contribuição sindical a recolher	**-**	-	**808**	18
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	**109**	168	**4.836**	7.131
	10.873	13.952	**59.143**	79.493

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, podem resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora	
	Cíveis (a)	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	75	75
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	-
(-) Pagamentos	(75)	(75)
(+) Atualização monetária	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	-
(-) Pagamentos	-	-
(+) Atualização monetária	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**

	Cíveis (a)	**Trabalhistas (b)**	**Tributárias (c)**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2015	128.453	23.905	6.688	159.046
Aquisição de empresas (*)	25.103	10.272	8.234	43.609
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(9.267)	3.430	4.135	(1.702)
(-) Pagamentos	(7.259)	(5.472)	(1.340)	(14.071)
(+) Atualização monetária	18.437	7.953	1.789	28.179
(+/-) Reclassificações	(493)	493	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	154.974	40.581	19.506	215.061

	Cíveis (a)	**Trabalhistas (b)**	**Tributárias (c)**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**154.974**	**40.581**	**19.506**	**215.061**
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	**(5.616)**	**(21.019)**	**(16.088)**	**(42.723)**
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	**6.862**	**7.796**	**758**	**15.416**
(-) Pagamentos	**(2.712)**	**(8.444)**	**(197)**	**(11.353)**
(+) Atualização monetária	**(747)**	**5.138**	**1.576**	**5.967**
(+/-) Reclassificações	**(6.240)**	**2.571**	**3.669**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**146.521**	**26.623**	**9.224**	**182.368**

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias--Continuação

Política contábil--Continuação

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R$99.778 em 31 de dezembro de 2016 (R$66.900 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificados como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

(i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2015 este valor atualizado é de R$45.258, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado desse depósito judicial é de R$46.064 (R$45.258 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder à Companhia autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2016, o valor contingenciado é de R$72.025 (R$73.111 em 31 de dezembro de 2015). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível,ou seja sem constituição de provisão é:

(i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2015, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R$86.352 em 31 de dezembro de 2015, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e tréplicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se a decisão do juiz sobre o prosseguimento do processo. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias--Continuação

Política contábil--Continuação

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2016, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$101.328 (R$91.899 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2016, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R$38.503 (R$19.263 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2016 é de R$9.045 (R$8.542 em 31 de dezembro de 2015).

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

30. Patrimônio líquido - consolidado

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado de R$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

Em AGE realizada em 12 de setembro de 2016, foi deliberada a absorção do prejuízo acumulado da Companhia, reduzindo o capital social de R$1.320.549 para R$360.900.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 12 de setembro de 2016 foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados do exercício de 2016 via reserva legal no valor total de R$160.791.

Em 31 de dezembro de 2016 foi registrado o valor de R$7.791, conforme demostrado abaixo:

	2016
Prejuízo do exercício	**(964.622)**
Absorção de prejuízo via reserva legal	**160.791**
Absorção de prejuízo via capital social	**959.649**
	155.818
Constituição de reserva legal	**(7.791)**

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2016 não foram registrados valores para reserva de retenção de lucros.

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram pagos R$146.538,dos quais R$103.525 referentes ao exercício de 2015 e R$43.013 a título de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2016. Conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

e) Dividendos propostos--Continuação

	2016	2015
Lucro/ (prejuízo) do exercício	**(964.622)**	108.974
Absorção de prejuízo via reserva legal	**160.791**	-
Absorção de prejuízo via capital social	**959.649**	-
	155.818	108.974
Constituição de reserva legal	**(7.791)**	(5.449)
Base de cálculo dos dividendos	**148.027**	103.525
Dividendos intermediários pagos	**(43.013)**	-
Dividendos mínimo obrigatório	**-**	(25.881)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	**(105.014)**	(77.644)

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 11.666.277 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808	5.649.586
Preço de período - R$ por ação	R$9,95	R$13,06	R$13,58	R$17,51	R$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi registrado na rubrica “Plano de opção com base em ações” o valor de R$2.768
(R$4.910 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	-	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	-	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	-	-	(345.457)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(622.951)	-	(1.328.530)
Em 31 de dezembro de 2013	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	-	-	-	-	5.649.586	5.649.586
Em 31 de dezembro de 2014	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486
Canceladas	(39.361)	(85.320)	(131.443)	(37.158)	(723.967)	(1.017.249)
Em 31 de dezembro de 2015	187.897	514.795	918.227	1.934.699	4.925.619	8.481.237
Canceladas	-	-	(26.454)	(334.426)	(945.785)	(1.306.665)
Expiradas	(187.897)	-	-	-	-	(187.897)
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**514.795**	**891.773**	**1.600.273**	**3.979.834**	**6.986.675**

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R$	Total do custo	Prazo para exercer
2017	18,85	1.395.027	3,16	4.408	11 meses
2018	14,92	994.960	2,10	2.089	23 meses
		2.389.987	2,63	6.497	

g) Ações em tesouraria

Política contábil

Instrumentos patrimoniais próprios readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

g) Ações em tesouraria--Continuação

Política contábil--Continuação

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações		Custo médio -
	Quantidade	Valor	R$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)	15,64
Recompra em 2014	1.690.282	(20.979)	12,36
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	2.232.992	(29.467)	13,20
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	2.232.992	(29.467)	13,20
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**2.232.992**	**(29.467)**	**13,20**

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2016, de R$18.400. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2016, é de R$8,24.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R$50.285, transferida para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	**55.979**	53.817
Participação nos lucros	**15.488**	6.798
Opções outorgadas reconhecidas	**42**	81
Aporte de capital de acionista não controlador	**4.200**	-
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	**(3.126)**	(4.717)
Saldo final	**72.583**	55.979

31. Receita líquida - consolidado

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

Ás receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Ecoporto Transportes e Termares.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Receita líquida - consolidado--Continuação

Política contábil--Continuação

Receitas--Continuação

(d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(e) As receitas intercompany referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre a prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	**2.261.451**	2.108.187
Receitas de construção (b)	**451.408**	443.090
Receitas portuárias (c)	**290.501**	352.702
Receitas acessórias (d)	**75.746**	71.905
Receitas de prestação de serviços intercompany (e)	**7.779**	13.728
Receita bruta total	**3.086.885**	2.989.612
Deduções de receita (*)	**(257.889)**	(253.893)
Receita líquida	**2.828.996**	2.735.719

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Receita líquida - consolidado--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto sobre prestação de serviços--Continuação

(*) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	31/12/2016	31/12/2015
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	**2.261.451**	2.108.187
Receitas portuárias	**290.501**	352.702
Receitas acessórias e intercompany	**83.525**	85.633
	2.635.477	2.546.522
Deduções		
Cofins (i)	**(106.298)**	(106.040)
PIS (ii)	**(23.087)**	(22.996)
ISS (iii)	**(128.302)**	(124.616)
Outros - ICMS	**(202)**	(241)
	(257.889)	(253.893)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,8%.

32. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	**14.475**	29.351	**332.643**	388.326
Conservação e manutenção e outros	**223**	416	**82.305**	91.316
Serviços de terceiros (*)	**7.470**	14.898	**272.504**	244.336
Seguros (vide Nota Explicativa nº 37)	**190**	371	**19.750**	19.687
Depreciações e amortizações	**658**	689	**339.966**	344.208
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº26)	**-**	-	**53.079**	55.542
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	**1.225**	1.797	**30.114**	30.468
Provisão para manutenção	**-**	-	**104.729**	91.888
Custo de construção de obras	**-**	-	**451.408**	443.090
Outros custos e despesas operacionais	**1.048**	1.802	**69.699**	78.637
	25.289	49.324	**1.756.197**	1.787.498
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	**-**	-	**1.545.435**	1.481.823
Despesas gerais e administrativas	**25.289**	49.324	**210.762**	305.675
	25.289	49.324	**1.756.197**	1.787.498

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	**5.834**	9.859	**101.875**	86.500
Mútuos	**4.317**	12.570	**-**	-
Atualização monetária de créditos fiscais	**3.793**	4.077	**14.652**	29.847
Variação cambial sobre empréstimos	**-**	-	**19.954**	-
Outras	**1**	8	**2.056**	13.302
	13.945	26.514	**138.537**	129.649
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	**(54.932)**	(60.532)	**(364.312)**	(329.445)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	**-**	(37.192)	**(102.085)**	(89.800)
Variação monetária sobre debêntures	**-**	-	**(145.412)**	(218.877)
Variação monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº26)	**-**	-	**(4.497)**	(6.215)
Amortização de custos com emissão de debêntures	**(607)**	(732)	**(9.118)**	(9.706)
Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e obras	**-**	-	**(30.136)**	(21.960)
Despesas bancárias	**(10)**	(8)	**(240)**	(515)
Variação monetária sobre empréstimos	**-**	-	**(1.763)**	(33.573)
Variação cambial sobre empréstimos	**-**	-	**-**	(33.064)
Juros sobre mútuo	**(35.756)**	(19.186)	**-**	-
Atualização monetária sobre contingências	**(408)**	(48)	**(13.564)**	(19.503)
Encargos sobre arrendamento mercantil	**-**	-	**(29)**	-
Outras	**(38.574)**	(8.873)	**(21.741)**	(30.200)
	(130.287)	(126.571)	**(692.897)**	(792.858)
Resultado financeiro, líquido	**(116.342)**	(100.057)	**(554.360)**	(663.209)

34. Lucro/(Prejuízo) por ação - Consolidado

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/(Prejuízo) básico - resultado do exercício	**(1,73)**	0,20
Lucro/(Prejuízo) diluído - resultado do exercício	**(1,71)**	0,19
Lucro/(Prejuízo) básico - resultado de operações continuadas	**(0,47)**	0,24
Lucro/(Prejuízo) diluído - resultado de operações continuadas	**(0,46)**	0,23

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Lucro/(Prejuízo) por ação - Consolidado--Continuação

a) Lucro/(Prejuízo) básico por ação

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**(964.622)**	108.974
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**(259.833)**	131.613
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	**558.699**	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	**(2.233)**	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**556.466**	556.466
Lucro/(Prejuízo) básico por ação - R$	**(1,73)**	0,20
Lucro/(Prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R$	**(0,47)**	0,24

b) Lucro/(Prejuízo) diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**(964.622)**	108.974
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**(259.833)**	131.613
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**556.466**	556.466
Ajuste por opções de compra de ações exercíveis	**2.233**	2.233
Plano Executivo de opção de compra de ações	**6.987**	8.487
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o Lucro/(Prejuízo) diluído	**565.686**	567.186
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação - R$	**(1,71)**	0,19
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R$	**(0,46)**	0,23

35. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a participação nos lucros e resultados foi de R$4.300 (R$5.529 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Dívida (a)	**-**	615.113	**4.962.701**	5.323.701
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	**(3.096)**	(62.873)	**(658.623)**	(823.217)
Dívida líquida	**(3.096)**	552.240	**4.304.078**	4.500.484
Patrimônio líquido (b)	**499.963**	1.582.475	**572.546**	1.638.454
Índice de endividamento líquido	**(0,01)**	0,35	**7,52**	2,75

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 20, 21,22 e 25.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Considerações gerais--Continuação

- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 20, 21, 22 e 25.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	**32.806**	**32.806**
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	**154.790**	**154.790**
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	**625.817**	**625.817**
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	**76.626**	**76.626**
Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro (c)	Outros passivos financeiros	**823.632**	**832.632**
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	**4.106.628**	**4.106.628**
Obrigações com Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	**32.441**	**31.378**
Phantom Stock Option (e)	Outros passivos financeiros	**6.575**	**6.575**

(a) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.

(e) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) *Riscos da taxa de câmbio*

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ecoporto Santos S.A. - US$	**32.215**	31.647

ii) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós--fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de riscos--Continuação

b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$110.214 (R$105.115 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de liquidez*--Continuação

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOVIA	115,0% CDI	170.831	-	-	-
Debêntures ECOSUL	115,0% CDI	176.804	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18% a.a.	39.968	241.704	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	64.506	53.654	218.999	191.842
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	104.547	88.881	-	-
Debêntures - ECS	114,0% CDI	35.888	219.208	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	196.935	147.580	128.953	-
Nota promissória Cataratas	CDI + 2,65% a.a.	226.604	-	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	39.548	37.246	34.835	71.307
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.223	3.970	-	-
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	32.362	35.139	35.139	329.961
Finame - Cataratas	TJLP + 3,21% a.a.	95	-	-	-
Finame - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	62	-	-	-
BNDES - Eco101	UMSELIC+4,87%a.a.	55.937	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	13.666	133.597	136.401	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	101.721	95.791	116.425	454.136
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	36.547	32.939	35.679	822.480
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	17.487	11.255	160.233	164.909
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	67.046	43.163	46.755	1.540.214
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.436	7.027	6.636	25.365
Leasig ECOSUL	25,13% a.a.	116	29	-	-
Leasing ECO101	21,27% a.a.	122	122	122	-
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	61	58	55	48
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	50	49	47	129
Finame - Cataratas	3,00% a.a.	57	28	-	-
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a	2.122	2.018	1.912	1.147
Finame - Termares	7,70% a.a.	888	-	-	-
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	236	224	212	92
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 5,2% a.a.	49	-	-	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0% a.a.	19.272	18.746	18.214	59.534

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--Continuação

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós--fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Cestas de Moedas, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (g)	Baixa do CDI	44.613	33.460	22.307
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(254.771)	(287.985)	(320.758)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(188.584)	(191.982)	(195.407)
Notas promissórias (a)	Alta do CDI	(44.308)	(46.503)	(47.772)
Empréstimos e financiamentos (f)	Alta da cesta de moedas	(661)	(826)	(991)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta do US$	(3.575)	(4.895)	(6.386)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(35.312)	(44.140)	(52.968)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da IPCA	(2.806)	(3.507)	(4.208)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(74)	(92)	(11)
Juros a incorrer, líquidos		(485.478)	(546.470)	(606.194)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2016 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	12,81%	15,38%
IGP-M (b)	4,76%	5,95%	7,14%
IPCA (c)	4,65%	5,81%	6,98%
TJLP (d)	7,50%	9,38%	11,25%
US$ (e)	3,4900	4,3625	5,2350
Cesta de moedas UMBNDES (f)	1,7866	2,2333	2,6799
CDI (g)	10,25%	7,69%	5,13%
Libor6M	1,3177	1,6471	2,0589

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

37. Plano de previdência privada - consolidado

A Companhia possui um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R$4.012 (R$4.024 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

38. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R$1,2 milhões
“All Risk” - diversos	R$3,2 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R$1,3 milhões
“All Risk” - danos materiais	R$11,7 milhões
Seguro-sede	R$4 milhões
“All Risk” - perda de receita	R$1,8 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - obras de conservação e manutenção	R$200 milhões
“All Risk” - operador portuário	US$230 milhões
Multirisco	R$21 milhões

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

39. Informações por segmento - consolidado

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

39. Informações por segmento - consolidado--Continuação

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Transporte Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Concessões	**86,0%**	82,6%
Portos	**8,5%**	10,6%
"Holding" e serviços	**5,5%**	6,8%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

	31/12/2016		
Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	**744.239**	**44.415**	**320.877**
Ativo não circulante	**4.189.789**	**693.763**	**3.886.684**
Total do ativo	**4.934.028**	**738.178**	**4.207.561**
Passivo circulante	**1.093.573**	**251.156**	**270.215**
Passivo não circulante	**2.406.291**	**431.859**	**2.541.277**
Patrimônio líquido	**1.434.164**	**55.163**	**1.396.069**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.934.028**	**738.178**	**4.207.561**
Receita líquida	**2.584.514**	**254.392**	**163.820**
Custo dos serviços prestados	**(1.286.609)**	**(124.927)**	**(91.764)**
Lucro bruto	**1.297.905**	**129.465**	**72.056**
Receitas (despesas) operacionais	**(144.068)**	**(183.662)**	**(396.068)**
Equivalência patrimonial	**-**	**-**	**750.819**
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**1.153.837**	**(54.197)**	**426.807**
Resultado financeiro	**(298.181)**	**(57.272)**	**(198.327)**
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	**855.656**	**(111.469)**	**228.480**
Imposto de renda e contribuição social	**(277.782)**	**(206.568)**	**4.406**
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**577.874**	**(318.037)**	**232.886**
Resultado de operações descontinuadas	**-**	**-**	**(689.301)**
Resultado do exercício	**577.874**	**(318.307)**	**(456.415)**
Atribuível a:			
Companhia	**562.386**	**(318.307)**	**(456.415)**
Outros acionistas	**15.488**	**-**	**-**

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

39. Informações por segmento - consolidado--Continuação

c) Portos--Continuação

Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	680.092	59.949	389.659
Ativo não circulante	3.976.636	918.789	4.071.385
Total do ativo	4.656.728	978.738	4.461.044
Passivo circulante	1.068.522	201.649	279.595
Passivo não circulante	2.331.889	606.557	1.727.390
Patrimônio líquido	1.256.317	170.532	2.454.059
Total do passivo e patrimônio líquido	4.656.728	978.738	4.461.044
Receita líquida	2.434.280	313.056	200.448
Custo dos serviços prestados	(1.282.336)	(187.852)	(107.721)
Lucro bruto	1.151.944	125.204	92.727
Receitas (despesas) operacionais	(151.914)	(155.292)	(79.684)
Equivalência patrimonial	-	-	668.085
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	1.000.030	(30.088)	681.128
Resultado financeiro	(352.777)	(119.375)	(191.046)
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	647.253	(149.463)	490.082
Imposto de renda e contribuição social	(207.988)	48.875	(89)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	439.265	(100.588)	489.993

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de capital previsto para o exercício social de 2017

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2016 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM 480, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 25 de abril de 2017, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$ 802.250.000,00 (oitocentos e dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais) o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião.

Proposta de Orçamento de Capital: R$ 802.250.000,00

Aplicações

Investimento consolidado planejado para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017 nos projetos atualmente detidos pela Companhia e em fase de homologação equivale a ***R$ 802.250.000,00***

Origens / Fontes de Financiamento:

Recursos Próprios e/ou de Terceiros: ***R$ 802.250.000,00***

São Paulo, 20 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antonio Cassou

Presidente

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor justo de ativos mantidos para venda

Em 2016, as controladas Elog S.A. e a Ecopátio Logística Cubatão Ltda. deixaram de ser consideradas ativos “core” para o Grupo EcoRodovias, e com a decisão tomada pela Administração da Companhia, após revisão do seu Planejamento Estratégico de Longo Prazo, de focar em ativos rodoviários, a Companhia decidiu em disponibilizar tais ativos para venda. Desta forma, seguindo as normas contábeis, a Companhia registrou o ajuste a valor justo desses investimentos no montante de R$686.282 mil em 31 de dezembro de 2016. As divulgações relacionadas estão incluídas na nota explicativa 6 b). A estimativa de valor justo dos ativos é subjetiva e inclui incertezas e julgamento profissional suportado por análises preparadas pela Administração da Companhia.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração no cálculo do valor justo dos ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia e teste de cálculos dos respectivos cálculos do valor justo, bem como adequada divulgação incluída na nota explicativa anteriormente mencionada.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da Ecoporto Santos S.A.

A Ecoporto Santos S.A. reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, o valor dos tributos diferidos ativo apresentado nas demonstrações financeiras é de R$ 206.689 mil (R$ 430.164 mil em 31 dezembro de 2015), líquido do impairment registrado no montante de R$ 244.010 mil em 2016.

A Ecoporto fundamenta a recuperabilidade dos tributos diferidos através de projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) comportamento dos custos e despesas; (iii) taxa de desconto, entre outros. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização. A divulgação deste item está incluída nas notas explicativas 7 e 18 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação dos planos de negócios da Ecoporto; (ii) a avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócio da Ecoporto; e (iv) avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas acima mencionadas, foram apropriadas.

Reconhecimento de receita nos segmentos de portos e logística

As prestações de serviços para certos contratos nos segmentos portuário e logístico, envolvem contratos de múltiplos elementos, tais como operação portuária, armazenagem, transporte e logística, e que implica em maior complexidade na segregação e avaliação do valor justo desses serviços. A Companhia também estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) no segmento de porto está divulgada na nota explicativa 31. O segmento de logística está apresentado como ativo e passivo mantido para venda.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro das receitas sobre serviços logísticos e portuários, as quais envolvem julgamento profissional por parte da Administração, estimativas contábeis e adequada avaliação de condições contratuais.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação dos contratos e seus múltiplos elementos dentro das políticas contábeis de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (ii) a avaliação do desenho e operação dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento de receita; (iii) teste documental por amostragem de transações de serviços realizados antes e após o encerramento do exercício para avaliar se a receita foi reconhecida no período de competência adequado e exatidão das receitas registradas.

Adicionalmente, avaliamos se a respectiva divulgação nas demonstrações financeiras foi apropriada.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 17 e 26.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obra; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 23.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

• Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e

• Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente, Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Executivo de Negócios Rodoviários e de Negócios Logísticos

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

• Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e

• Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente, Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Executivo de Negócios Rodoviários e de Negócios Logísticos

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico